

LÍNGUA GU POR TU GUE SA



uma língua
de futuro

CONGRESSO INTERNACIONAL
725 ANOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2 A 4 DE DEZEMBRO DE 2015
CONVENTO DE SÃO FRANCISCO • COIMBRA
[HTTP://UC725.UC.PT/P/LINGUA-PORTUGUESA](http://uc725.uc.pt/p/lingua-portuguesa)

RUA LARGA

PATRIMÓNIO



PROPRIEDADE
Universidade de Coimbra

DIRETOR
João Gabriel Silva

DIRETORA-ADJUNTA
Clara Almeida Santos

EDITORA
Marta Poiars • rua.larga.uc@gmail.com

DIREÇÃO ARTÍSTICA
António Barros

FOTOGRAFIA
João Armando Ribeiro

INFOGRAFIA
Henrique Patrício
Sara Baptista

PRODUÇÃO
Luísa Lopes

COPRODUÇÃO
Spira

EDIÇÃO
Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha, 1
3000-214 COIMBRA • PORTUGAL
Telef./Fax.: 239 247 170
Email: imprensauc@uc.pt

IMPRESSÃO
Empresa Diário do Porto, Lda

TIRAGEM
1.700 ex.

ISSN
1 6 4 5 – 7 6 5 x • Anotado no ICS

CAPA
Mosteiro de Alcobaca
Fotografia de João Armando Ribeiro © UC, 2015

www.uc.pt/rualarga
rualarga@uc.pt • Tel. 239 859 823

PONTOS DE VENDA
Loja UC
Livraria Virtual: <http://lojas.ci.uc.pt/imprensa>

EDITORIAL
Património Global – P.05
João Gabriel Silva

REITORIA EM MOVIMENTO
(I)materialidades do Património – P.06
Clara Almeida Santos

A Universidade de Coimbra e alguns desafios de um acervo histórico e biológico admirável – P.10
Helena Freitas

OFICINA DOS SABERES DOSSIÊ
O que é a Feira do Património? – P.14
Catarina Valença Gonçalves

Formação especializada no âmbito da Feira do Património – P.16
Margarida Alçada

Heritage Talks: o lado empreendedor do património – P.19
Inês Costa

A Feira do Património como internacionalização do setor do património – P.21
Pedro Pessoa e Costa

Património Português: um recurso de futuro – P.22
Catarina Valença Gonçalves

IMPRESSÕES
A experiência da Parques de Sintra – Monte da Lua SA – P.24
António Ressano Garcia Lamas

Aprender o Património – P.29
Vasco Moreira Rato

Cultura, História e Património: Pilares do Turismo na Região Centro Portugal – P.30
Pedro Machado

Destrução do Património
Breves notas · impressões · incertezas – P.32
Conceição Lopes

RIBALTA
A Rede do Património Mundial de Portugal – P.35
Rita Brasil de Brito

MHS: Inovação ao serviço do Património – P.39
Carmen Molinos

CIÊNCIA REFLETIDA
Os Cartapácios do Fundo Musical da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: pretexto para uma releitura científica e patrimonial – P.41
Paulo Estudante

AO LARGO ENTREVISTA
Fernando Nogueira – P.45
Marta Poiars

RETRATO DE CORPO INTEIRO
Luís Bonet – P.54
Marta Poiars

CRÓNICA
A brincar se aprende o património – P.59
Inês Montalvão Prazeres

CRIAÇÃO LITERÁRIA
Até quando vamos caber todos aqui? – P.62
Pedro Santo

LUGARDOS LIVROS
A ‘Grilheta da Pena’ por um sem-número de razões – P.64
Delfim Leão

APOCALÍPTICOSE INTEGRADOS
Apocalíptico
A Gestão Pública do Património – P.71
Rosário Correia Machado

Integrado
Culturespaces: empresa privada no setor do património histórico e dos museus em França – P.73
Michael Couzigou



PATRIMÓNIO GLOBAL

Mosteiro de Alcobaça, 2015

Dois anos depois da classificação pela UNESCO da Universidade de Coimbra: Alta e Sofia, como património da humanidade, o septingentésimo vigésimo quinto aniversário da UC assume um brilho muito especial. Desejo intensamente que, quando em 2040 comemorarmos os 750 anos, a Universidade de Coimbra se tenha tornado de facto uma universidade global. Por atrair todos os anos um número muito elevado de estudantes de fora de Portugal, que a escolhem para tirar o seu curso universitário. Porque o conhecimento nela criado tem relevância global, quer influenciando o devir da ciência que os outros fazem, quer permitindo a criação de atividade económica e cultural em Portugal com impacto fora das nossas fronteiras.

O nosso primeiro fator de atração global é o património. Não em resultado direto da classificação pela UNESCO, mas por muitas das razões que levaram a essa classificação. A UC desempenhou um papel ímpar nos seus sete séculos de história, muito em particular durante o período da expansão portuguesa.

Ainda recentemente em Cabo Verde me explicavam porque aí criaram uma universidade pública, há pouco mais de dez anos, apesar dos custos que representa num país sem recursos naturais relevantes: é que não há independência plena sem uma Universidade. Podemos agradecer ao Rei D. Dinis ter tido precisamente

a mesma visão em 1290: um país não se realiza sem deter capacidade própria para formar quadros avançados e desenvolver conhecimento novo. Fazendo-o muito antes de outros países europeus, permitiu-nos agora invocar a nossa condição de uma das mais antigas universidades do mundo.

Não é no entanto a nossa idade a razão mais forte para o prestígio de que desfrutamos. Temos uma característica única, de que mais nenhuma outra universidade se pode reivindicar: fomos a única universidade num determinado espaço linguístico e cultural, o português, até ao século XX. Em todos os outros países com universidades antigas, seja a Itália, a França, a Espanha, o Reino Unido ou a Alemanha, há muitos séculos que há mais do que uma universidade. A Universidade de Coimbra teve assim um papel muito mais central que outras no desenvolvimento da língua e da cultura que representa.

Mais do que isso, fomos a única universidade no espaço de língua portuguesa durante todo o período em que Portugal foi uma potência global. As ideias aqui geradas influenciaram o mundo inteiro. As práticas aqui desenvolvidas, apesar do ferrolho que tantas vezes a ortodoxia religiosa representou, espalharam-se pelo planeta.

Os grandes tratados dos “Conimbricenses”, produzidos pelos jesuítas

no final do século XVI, foram provavelmente os primeiros manuais universitários globais, tendo alguns até tido edição chinesa. Outros exemplos são as obras sobre navegação náutica do matemático Pedro Nunes, e a reforma iluminista do Marquês de Pombal que serviu de exemplo a muitas outras reformas universitárias posteriores.

Temos de aprofundar o nosso conhecimento sobre a história da UC, com este enfoque muito concreto: compreender a influência de Coimbra no mundo. É minha firme intenção lançar brevemente esse grande projeto.

Sobre este papel ímpar no passado temos de construir um futuro igualmente global. O espetáculo de luz e som na Pátio da Universidade do passado dia 3 de julho, um dos pontos altos das comemorações dos 725 anos, que gerou a maior enchente de que há memória na Rua Larga (estimamos que cerca de 20 mil pessoas assistiram ao espetáculo, tendo muitos outros milhares desistido de esperar), representa muito bem o repto perante nós: sobre um património de séculos construir caminhos de futuro, com base nas melhores ideias, nas melhores tecnologias disponíveis.

Construir o futuro é, há sete séculos e um quarto, o nosso maior desafio.

João Gabriel Silva
Reitor



(i)materialidades do património

CLARA ALMEIDA SANTOS *

O termo “património” está etimologicamente ligado ao conceito de herança, transmitida por via paterna. O próprio dicionário limita este substantivo masculino à herança paterna, aos bens de família e aos bens necessários para tomar ordens eclesiásticas (cf. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa).

Mas de que falamos quando falamos de património (no sentido em que o entendemos nas páginas desta revista)? A grande dificuldade na definição do termo – ou melhor, na sua ilustração – é que estamos na presença de um “conceito guarda-chuva”. Se tentarmos dar exemplos apenas a partir da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, bem inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO em junho de 2013, esbarramos logo numa diversidade de aceções. Vejamos: a UNESCO reconheceu o património cultural material desta Universidade, delimitado numa zona de 34 hectares e em que se identificam 32 edifícios (ou conjuntos monumentais) que têm em comum o facto de por cada um deles ter passado um pedaço significativo da história da Universidade de Coimbra (UC). Desde o Pátio das Escolas aos edifícios da Cidade Universitária, construída durante o Estado Novo, passando pelos colégios do século XVI e pelos edifícios da Reforma Pombalina. Mas a candidatura assentou também em pilares imateriais: a língua portuguesa, a canção de Coimbra, as tradições académicas e as Repúblicas de estudantes.

Na Declaração de Valor Universal Excepcional da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, consta a inscrição pelos critérios II (mostrar um intercâmbio importante de valores humanos, durante um determinado tempo ou numa área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou do desenho de paisagem), IV (ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetónico, tecnológico ou de paisagem que ilustra significativos estádios da história humana) mas também, e mais diretamente ligado à questão da intangibilidade, o critério VI – estar associado a eventos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, com trabalhos artísticos e literários de destacada importância universal. Poder-se-ia também referir o património natural patente

no Jardim Botânico de Coimbra que, pela sua natureza (passe o oxímoro!) a cada dia se transfigura e transmuta. Ou ainda as coleções da UC, de espectro tão variado, das biológicas às antropológicas, passando pelo espólio de manuscritos musicais, temas sobre os quais também se fala nesta edição da *Rua Larga*.

Será também património o conjunto de eventos que tem como palco ou cenário o património classificado? Se o património é um legado, as imagens – registadas em vídeo, fotografia ou apenas mentalmente – também não são passadas para as gerações futuras, em memória construída? Na riqueza patrimonial desta instituição (como de outras, certamente), material, imaterial e pontual confundem-se, interligam-se e mutuamente se enriquecem.

Onde está, então, o limite do conceito de património? Como acontece com todos os conceitos, cada época apresenta uma versão, ou várias, da sua interpretação.

As comemorações dos 725 anos da UC, iniciadas em março e que terminam em dezembro, têm constituído uma oportunidade para propor formas de entendimento do património nas suas múltiplas roupagens. Estamos precisamente a meio desta festa e também por isso é oportuno fazer um balanço limitando-nos ao ângulo do património. Afinal, a UC propôs-se proporcionar um “Tempo de Encontro(s)” ao longo de 2015, sendo um desses encontros precisamente com o legado patrimonial.

Verificamos, desde logo, a presença forte dos pilares imateriais já referidos em várias iniciativas.

A língua portuguesa marcou presença em inúmeros eventos, quer como protagonista, quer como pretexto enquanto sedimento da grande comunidade dos falantes do português. Permito-me destacar um evento que passou e outro que está ainda por vir: a abertura da Semana Cultural da UC, a 2 de março, contou com a presença de Adriana Calcanhotto que cantou e tocou poemas na língua que une os dois lados do Atlântico – o Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) esgotou a sua lotação em poucos dias depois do anúncio do concerto; o Congresso Internacional “Língua Portuguesa: uma língua de futuro”, a realizar entre 2 e 4 de dezembro no Convento

Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra, 2015



de São Francisco, encerrará – assumindo a prioridade estratégica desta matéria – as comemorações dos 725 anos da UC.

As Repúblicas de estudantes estiveram presentes em vários momentos, com a apresentação de exposições, documentários e como beneficiárias (mediante apresentação de projetos de intervenção comunitária) da receita do Concerto Solidário realizado também no TAGV (com a generosa participação dos Anaquim, Quatro e Meia e Birds Are Indie). Várias repúblicas foram também palco da iniciativa “Sons da Cidade” que durante três dias assinalou dois anos da inscrição da UC na lista do Património Mundial. Para além da intervenção nas repúblicas, os “Sons da Cidade” arrancaram com uma conversa sobre Património Imaterial da UNESCO protagonizada pelos responsáveis pelas candidaturas do fado (Sara Pereira) e pelo cante alentejano (Paulo Lima)

e seguiram por vários espaços classificados como património, da Universidade à Baixa, passando pela Torre de Anto. A voz foi protagonista deste evento, entoada na canção de Coimbra, no cante e terminando na canção de intervenção com um concerto de Capicua na Praça 8 de maio.

Já em julho foi promovido um Encontro de Antigos Estudantes da UC, sublinhando a importância do legado da UC na vida de quantos a frequentaram e a importância dos estudantes – pretéritos, presentes e futuros – na vida da instituição. Também em julho, as fachadas do Pátio das Escolas encheram-se de luz com o espetáculo de *video mapping* através do qual se contou a história dos sete séculos da UC através de uma interpretação criativa dos momentos mais importantes e homenageando as várias áreas do saber presentes nesta Universidade.

Um espetáculo que superou todas as expectativas, também em termos de afluência de público, já que cerca de 20 mil pessoas puderam assistir a uma das várias projeções realizadas durante a noite que ficará, certamente, na memória de tantos. Talvez seja esta a iniciativa que mais sublinha uma das intenções destas comemorações: aproximar o velho e o novo, mostrando que é possível a total contemporaneidade de uma instituição secular – tanto na arte e na cultura como na investigação e no ensino.

Como o artigo já vai longo, atrevo-me a dar apenas três notas sobre o que ainda aí vem: 1. um colóquio interdisciplinar que celebra o Ano Internacional da Luz. As “Visões da Luz”, a decorrer entre 1 e 3 de outubro, juntará Física, Filosofia, Transcendência, Astronomia, Geologia, Literatura, Química, História, Energia, Relações Internacionais, Arte, Antropologia, Zoologia, Fotografia,

Cinema, Imagiologia e Robótica. A próxima edição da *Rua Larga* centrar-se-á nestas matérias; 2. a Feira do Património, também em outubro (de 9 a 11), sobre a qual nos detemos nas próximas páginas; 3. O Ano Zero, Bienal de Arte Contemporânea, que promoverá mais um encontro entre o hoje artístico e o ontem edificado – a ideia fundamental é utilizar espaços patrimoniais como cenário e inspiração para obras de arte contemporâneas.

Estamos a construir em simultâneo a memória destes dias em fotografias, vídeos, gravações áudio, testemunhos, enunciados mediáticos, entre outros materiais. Esta memória está já disponível em <http://uc725.uc.pt/arquivo>. Património também para quem virá depois de nós.

* Vice-reitora para a Comunicação, Cultura e Património da Universidade de Coimbra



Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra, 2015

a universidade de coimbra e alguns desafios de um acervo histórico e biológico admirável

HELENA FREITAS *

A Universidade de Coimbra (UC) comemora este ano 725 anos. Uma vida longa, que permitiu acumular uma vasta herança material e imaterial, edificada em distintos períodos da história e entre capítulos de um saber que conduziu os caminhos do ensino superior em Portugal. No caso particular das coleções biológicas, trata-se, naturalmente, de espólio científico maioritariamente reunido e acumulado por investigadores das áreas da História Natural, da Física e da Química. Um espólio rico e diverso, no geral bem cuidado, que assume uma crescente relevância internacional. As coleções biológicas têm importância pelo seu valor intrínseco, constituindo uma referência incontornável para o estudo da diversidade biológica, ecologia e evolução das espécies, e para a análise e valorização dos próprios contextos

naturais de que são originárias. Já não surpreendem as notícias que dão conta de estudos em que os exemplares são raros ou mesmo únicos, e em que se apurou a extinção da espécie no seu habitat natural, factos que responsabilizam mais a instituição no esforço de conservação. Mas preservar coleções biológicas é também uma oportunidade para fomentar o conhecimento, o que exige recursos e uma estrutura mínima de estudo e de investigação associada à museologia. O valor universal do imenso acervo biológico que a UC acolhe, convoca esta instituição para o esforço de o conservar, mas também para a responsabilidade de o estudar, e de o divulgar e valorizar. Em condições ideais, estas coleções beneficiam de excelentes condições de conservação e estão disponíveis para a manipulação e estudo.





Banco de Sementes, Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, 2015

As avaliações mais recentes sobre a situação da biodiversidade no mundo evidenciam um grande número de taxa de desconhecidos em todos os grupos de organismos, e apontam para a necessidade de um período de muitas décadas ou mesmo séculos para que seja possível catalogar a totalidade. As estimativas para a diversidade global (não microbiológica) da Terra admitem valores que oscilam entre dez e 50 milhões de espécies, sendo maior a incerteza nos grupos de insetos, fungos, nemátodes e organismos que habitam ambientes marinhos profundos. Os maiores reptos relacionam-se com a frequente sinonímia, com a dificuldade em discriminar espécies com base na sua morfologia, com a reduzida dimensão de muitas espécies, que as torna difíceis de localizar, ou com a sua distribuição geográfica muito limitada. As novas tecnologias, agora disponíveis, deverão acelerar a taxa de descoberta de novas espécies, mas a sua aplicação pecará sempre por tardia, uma vez que o ritmo de extinção de espécies não para e as regiões geográficas com maior potencial para conter novas espécies (normalmente menos abundantes ou com distribuição mais limitada) estão profundamente ameaçadas pela perda de *habitats*.

Apesar deste cenário global, o conhecimento sobre alguns grupos taxonómicos parece estar perto de resolução, como é o caso das plantas com flor (80-90%). As plantas são organismos dominantes em quase todos os *habitats* da Terra, pelo que podem e devem ser usadas como indicadores para a monitorização e quantificação da biodiversidade global. De acordo com a investigação mais recente, admite-se que mais de metade das espécies desconhecidas neste grupo poderão já ter sido reunidas e depositadas em herbários do mundo, esperando um trabalho de descrição e identificação, sendo que todo o processo de descoberta e classificação está guardado em arquivos históricos (manuscritos, cartas, material iconográfico).

Portugal reuniu vastas coleções de informação e espécimes biológicos originais dos territórios africanos, nomeadamente Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, que estão agora armazenadas e cuja importância é claramente subvalorizada enquanto fonte de conhecimento para os países de onde são originários. Estas áreas acolhem alguns dos santuários de biodiversidade do mundo, onde se julga que existirão muitas novas espécies, tornando ainda mais relevante a reavaliação da informação histórica. Urge reavaliar a importância destas coleções para os esforços de conservação que ocorrem nestes territórios. As coleções de história natural podem contribuir de forma relevante para compreender as respostas das espécies à perda e fragmentação de *habitats*, invasões biológicas e consequências das alterações climáticas globais.

Os arquivos históricos e biológicos da UC, designadamente as coleções biológicas e os documentos históricos pertencentes às coleções e exploração científica dos países africanos de expressão portuguesa, devem ser avaliados na perspetiva do seu potencial e uso para os estudos da biodiversidade que se realizam nesses países. Os repositórios digitais são também por isso da maior importância, e a sua integração em plataformas *online* deve ser incrementada. A divulgação do extraordinário acervo biológico da UC, especialmente nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, constitui uma plataforma privilegiada para o reforço da cooperação, transferência de conhecimento e comunicação científica, estimulando o desenvolvimento de projetos de investigação, e intercâmbio e qualificação de recursos humanos com vista ao estudo e à conservação dos seus recursos naturais.

* Vice-reitora para as Relações Institucionais, Desporto e Museus da Universidade de Coimbra

12

RL #43 | REITORIA EM MOVIMENTO

o que é a feira do património?

CATARINA VALENÇA GONÇALVES *



© Inês Fonseca da Costa • Demonstrações técnicas na Feira do Património

A Feira património.pt Millennium bcp é um evento pioneiro que pretende promover o setor do Património Cultural enquanto bem que cria valor económico e social, sendo fator de atração turística, gerador de receitas e fomentador do emprego. Esta iniciativa decorre diretamente da plataforma online de informação com edição de conteúdos audiovisuais e escritos próprios sobre Património Cultural, a património.pt. A Feira do Património é promovida pela Spira – empresa pioneira na estruturação de oferta patrimonial em Portugal – e segue o modelo de eventos congéneres de países vizinhos: Espanha, França, Itália, Alemanha, entre outros, que contam já com alguns anos de existência.

Apostada primeiramente na congregação dos agentes do setor – instituições públicas, fundações, empresas, ateliers de arquitetura/design, alojamentos temáticos, operadores turísticos, projetos de base territorial, empresas de conservação e restauro e de reabilitação urbana, universidades e centros de formação especializada, entre outras entidades – a Feira é, também, um evento direcionado ao público em geral e a todos os que se interessam pelas matérias relacionadas com o património cultural.

Internacionalização do Património

Este ano na sua terceira edição, a Feira do Património desloca-se ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2015, com o tema “Internacionalização do Património”. O foco na internacionalização do setor tem como objetivo contribuir para novas oportunidades aos agentes culturais, sejam instituições governamentais, empresas, entidades educativas, associações sem fins lucrativos, entre outras. A Feira conta este ano pela primeira vez com a presença de um país convidado – os Emirados Árabes Unidos –, resultado das diligências efetuadas com o apoio da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP). Tal como aconteceu na edição de 2014, será atribuído o Prémio de Internacionalização a três das entidades presentes – este prémio oferece o valor de inscrição na Bienal AR&PA, a decorrer em novembro de 2016. Resultado das parcerias estabelecidas com a organização dos eventos congéneres em Espanha e França, a Feira do Património passará, a partir de 2015, a ser um evento ibérico, articulando a realização com a Bienal AR&PA que decorre em Valladolid, Espanha.

Parceiros

A viabilidade do evento assenta no estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas. Contando com o *sponsoring* da Fundação Millennium bcp e do Turismo de Portugal, a Feira reúne igualmente o apoio de instituições de âmbito regional que possibilitam a itinerância da realização da Feira – a Direção Regional de Cultura do Centro, o Turismo do Centro, a Câmara Municipal de Coimbra, a Universidade de Coimbra, entre outros.

Programação Cultural

A programação cultural paralela inclui uma variedade de iniciativas que têm como objetivo demonstrar como o património cultural tem um valor lúdico e pedagógico muito forte – ateliers, workshops, atuações, degustações, demonstrações de técnicas tradicionais ao vivo, apresentações, conferências, visitas à cidade de Coimbra guiadas por crianças e jovens naturais do concelho, eventos noturnos, entre outras iniciativas. Todas estas atividades estão ancoradas no património cultural da região Centro.

Ativação pedagógica

Destacando o potencial do património cultural para momentos de lazer pedagógico, a Feira do Património terá um espaço inteiramente dedicado aos mais novos, com atividades a decorrer em contínuo e com a possibilidade de ficar com a guarda de crianças enquanto os pais visitam a Feira. Este espaço será dinamizado pela marca Mundo Património e incluirá atividades com base no património cultural da região Centro e, em especial, da cidade de Coimbra.

Comunidade local

O projeto de ativação pedagógica da Feira do Património inclui a comunidade local não só na montagem das ofertas disponíveis na Feira, como também convidando à sua participação ativa ao longo dos três dias de evento. Em parceria com o município de Coimbra, a organização da Feira percorre as escolas do concelho com um atelier sobre património que dará origem a um dos momentos de programação da Feira. Este momento de apresentação do projeto de ativação pedagógica será complementado com o trabalho desenvolvido com os seniores em parceria com a Aposénior, no evento noturno da Feira que juntará a comunidade local à volta do tema do património cultural.

Seminários

O Seminário Internacional que decorre durante a Feira é subordinado ao tema da edição deste ano – Internacionalização do Património – e pretende dar conta das possibilidades para as estratégias de internacionalização de recursos e *know-how*, bem como evidenciar o potencial de internacionalização do setor do património em Portugal. Para além do Seminário Internacional, ocorre durante a Feira uma série de iniciativas dirigidas a diferentes públicos-alvo especializados: as *Heritage Talks* – com o apoio da ADDICT e do Microcrédito bcp, são palco para novos projetos e iniciativas dentro da área do património; as *Tourism Talks Pro* – um seminário de meio dia dirigido a profissionais do setor do turismo; e as *Conservation & Rehabilitation Talks* – um seminário de meio dia dirigido a profissionais da conservação e restauro e da reabilitação urbana.

* Diretora-geral da Spira – revitalização patrimonial

14

formação especializada no âmbito da feira do património

MARGARIDA ALÇADA *

Os benefícios do investimento no património, para a qualidade de vida, a criação de emprego e o desenvolvimento das economias locais, têm sido largamente evidenciados ao longo das últimas décadas.

Qualquer bom estrategista defende que o princípio de uma estratégia bem sucedida assenta na diferenciação do produto face aos seus concorrentes. A chave para a diferenciação reside no investimento em ativos que são únicos, como é o caso do património.

O património de uma região, um núcleo histórico bem preservado, é um fator diferenciador que capta investimento para a cidade e região. A sua valorização assegura à cidade ou região um autêntico sentido do lugar que contribui para atrair talentos numa base sustentável e que, por sua vez, serão um íman para o fomento de negócios e o desenvolvimento económico. Garantir a preservação da autenticidade e carácter do património, no seu sentido lato, é promover oportunidades de trabalho. Algumas delas para artesãos altamente qualificados, imprescindíveis para a conservação do tecido histórico cuja preservação assenta na salvaguarda das técnicas tradicionais de construção, dos saberes-fazer locais, sem os quais não será possível, num futuro próximo, assegurar os valores de autenticidade dos sítios, nem o seu carácter único.

No património, grande parte do conhecimento reside nos saberes-fazer transmitidos, ao longo dos tempos, de mestres para aprendizes, numa sedimentação de competências que transformam os materiais locais, os aplicam e lhe dão expressões únicas de região para região. São, pois, os diferentes modos de trabalhar os materiais que conferem ao património o seu carácter único que está na base da atratividade das regiões.

Para tal é essencial a densificação destes saberes, a qualificação

dos recursos humanos no setor, a aprendizagem ao longo da vida, o aprofundamento das técnicas tradicionais que constituem o lado imaterial do património e lhe conferem alma.

Parece claro que os nossos modelos de formação dos diferentes atores do património permanecem escassos. Não existem nas formações suficientes referências ao conceito de “profissões do património”. A maioria dos cursos permanece relativamente generalista e falta um elo com os profissionais dos saberes locais. A partilha de competências entre profissionais e o fomento de redes dos diferentes atores que constituem a cadeia do património – da conservação à interpretação, da gestão à comunicação e promoção – é o objetivo da Feira do Património, um evento pioneiro em Portugal que promove o setor do património enquanto recurso que cria valor económico e social, gerador de receitas, fomentador de emprego e criador de laços afetivos no seio das comunidades.

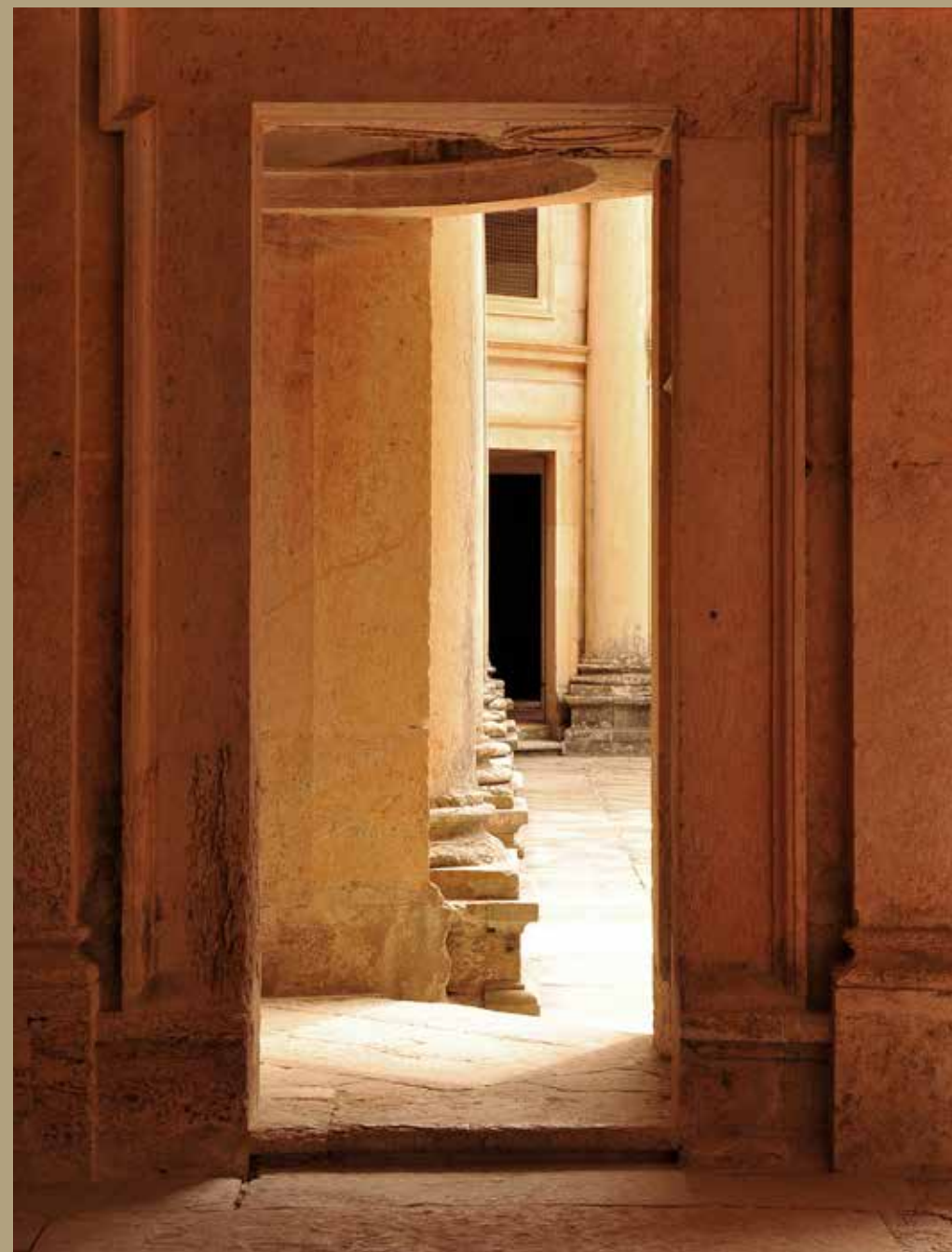
Preservar património passa por gerar encontros em torno dele, envolver as coletividades territoriais e os diferentes profissionais no desenvolvimento e partilha de competências e no estímulo à gestão de novos profissionais que garantam o futuro do nosso património.

Com uma forte programação paralela, que inclui atividades lúdicas e pedagógicas ancoradas no património, a Feira do Património afirma-se como um encontro de profissionais, fomentador de trocas entre economia, educação e cultura, criador de redes de partilha de conhecimento, numa sinergia potenciadora de novos negócios e fomentadora de um mercado com grande potencial de desenvolvimento e de benefícios para o País.

* Consultora nas áreas do Património e Turismo Cultural



Convento de Cristo, Tomar, 2015





Mosteiro de Alcobaça, 2015

heritage talks: o lado empreendedor do património

As *Heritage Talks* acontecem no âmbito da realização da Feira do Património e assumem-se como o palco privilegiado para novos projetos na área do património cultural. A Feira do Património pretendeu, de facto, desde o seu momento inicial, ser um espaço onde convergem pessoas, projetos e instituições que trabalham diretamente com este recurso endógeno, privilegiando as visões inovadoras que evidenciam o potencial do património cultural. À semelhança de iniciativas que têm como objetivo não só dar voz a empreendedores, como também proporcionar oportunidades para a avaliação dos projetos, as *Heritage Talks* reúnem novos projetos que envolvem o património cultural e um júri especialmente versado em cultura, património, economia e empreendedorismo. Contando com o apoio da ADDICT e do Microcrédito Millennium bcp, as *Heritage Talks* foram desenhadas para proporcionar um espaço para avaliação dos projetos apresentados através das críticas construtivas do júri, tendo como objetivo contribuir para a concretização e operacionalização dos mesmos. A riqueza e amplitude das matérias implicadas para um aproveitamento das potencialidades do património cultural é bastante vasta, tornando as características dos projetos apresentados nas *Heritage Talks* das edições precedentes completamente diversas entre si: desde a aplicação das novas tecnologias na divulgação e conhecimento sobre a história e património de um determinado local, até ao desenho de serviços ancorados em património, passando até por todo o tipo

INÊS COSTA *

de produtos que podem ser desenvolvidos recorrendo ao tema (*merchandising* cultural, edições especializadas ou produtos para o *target* infantojuvenil). Num setor usualmente conservador na adoção de novas abordagens, as *Heritage Talks* procuram mostrar como o património cultural é uma área vasta para o estabelecimento de pequenos negócios, e pode integrar-se nas mecânicas de empreendedorismo vigentes noutros setores. No atual momento de entrada de um novo quadro comunitário, esta iniciativa pretende igualmente sublinhar as oportunidades de financiamento existentes no mercado, quer por esta via somente, quer pela via da complementaridade com o setor bancário. Assim, para além de serem um palco para a apresentação de novos projetos, as *Heritage Talks* pretendem tomar o pulso ao futuro, auscultar oportunidades de desenvolvimento de iniciativas, interligar-se com as dinâmicas das atuais *startups*, ouvir aqueles que, olhando para o património como matéria infundável de projetos inovadores, passam do papel para a ação. As *Heritage Talks* são, então, a crença irrefutável de que todos aqueles que apostaram na formação em Humanidades têm um futuro de oportunidades à sua espera e queiram, assim, dar azo e fazer uso da imaginação, da criatividade, da capacidade de trabalho e da vontade de arriscar.

* Spira – revitalização patrimonial



a feira do património como internacionalização do setor do património

PEDRO PESSOA E COSTA *

A AICEP Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, está vocacionada para o desenvolvimento de um ambiente de negócios competitivo que contribua para a globalização da economia portuguesa. Tem como missão estatutária a promoção da internacionalização de empresas portuguesas e da sua atividade exportadora, a captação de investimento estruturante e a promoção da imagem de Portugal.

Para a AICEP, impõe-se cada vez mais uma abordagem abrangente e integradora da Fileira das Indústrias Culturais e Criativas e um verdadeiro reconhecimento do peso e contributo da Cultura e da Criatividade na economia nacional e no reforço da competitividade internacional dos bens e dos serviços. Tal como sucede com a Língua Portuguesa, cujo valor económico já é realçado e reconhecido pelos agentes económicos e decisores políticos, também é imperioso melhorar a perceção do valor das indústrias culturais e criativas portuguesas, bem como articular a sua promoção e divulgação com outros setores da economia portuguesa.

A recente mostra Iberian Suites, em Washington, procurou mostrar, com sucesso, o valor de interação da indústria com a cultura e criatividade, áreas onde Portugal é cada vez mais reconhecido internacionalmente.

A AICEP acompanha com particular interesse algumas das indústrias que compõem esta fileira, nomeadamente o design, o setor editorial e livreiro, as artes plásticas, as artes performativas, o audiovisual e o cinema e o património, e no âmbito das suas competências, também aquelas que apresentam maior tradição ou potencial exportador.

A transversalidade da Fileira das Indústrias Culturais e Criativas tem o mérito de potenciar o valor de bens e serviços que Portugal transaciona com o exterior, diretamente através da internacionalização do setor cultural e criativo em si e, indiretamente através dos designados *spillovers* criativos ao nível do reforço competitivo do tecido empresarial do país.

Em causa está o reconhecimento do contributo desta Fileira para o maior valor económico da oferta portuguesa na internacionalização.

Acreditamos numa atuação em complementaridade, nas matérias e na capacidade de promoção económica externa cometida à AICEP e na aproximação destas valências ao tecido industrial nacional.

É neste quadro que se perfila a dinamização da terceira edição da Feira do Património, a ter lugar em Coimbra de 9 a 11 de outubro de 2015. Levada a efeito pela Spira em parceria com a Junta de Castela-Leão, terá pela primeira vez como país convidado os Emirados Árabes Unidos, através da participação do Instituto de Património de Sharjah, presente com projetos da área da conservação, restauro e reabilitação, com o apoio da Embaixada dos Emirados Árabes Unidos em Lisboa.

É com grande satisfação que a AICEP que se associa a esta iniciativa, promovendo diálogos e estabelecendo pontes internacionais para parcerias futuras que contribuam para a promoção dos produtos e dos serviços nacionais em matérias de preservação e restauro, tanto do património de Portugal em território nacional e além-fronteiras, como do património de países de destino das nossas exportações, enquanto ativo de especialização da Marca Portugal.

No caso do património, na sua reabilitação, promoção, diagnóstico, as empresas portuguesas são de inegável competência. Exportar e promover os seus serviços, competências e materiais, para os mercados que dela carecem para conservar o seu património, material e imaterial, bem como para o divulgar internacionalmente, é um desafio para todos.

Nesse desafio, sabem as empresas, poderão contar com o apoio da AICEP.

*Administrador Executivo da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)



património português: um recurso de futuro

CATARINA VALENÇA GONÇALVES *

Se é um facto que Portugal detém um imenso conjunto de recursos patrimoniais para a dimensão e actual importância estratégica do país, e que estamos perante recursos particularmente bem disseminados pelo território, diversificados na sua tipologia, época e pertinência histórica, também é um facto que só muito recentemente – diríamos, depois da EXPO’98 de Lisboa – começou este imenso conjunto de recursos a receber um olhar diferente daquele que tinha merecido até ali.

Desde então, e nos últimos dez anos, tem-se vindo a verificar a capacitação e interiorização de se tratar de um recurso com polissémico valor, com capacidade para gerar diferentes linguagens orientadas para públicos específicos, com atratividade emocional. Ou seja, tem-se vindo a verificar a consciencialização de que o património é um ativo que pode justificar investimento e não um passivo que tem de ser ministrado cautelosamente até à sua eliminação definitiva.

Atualmente, no nosso país, colocam-se vários desafios à libertação de todo o potencial deste recurso endógeno e que poderão, se quisermos “ir a jogo”, conduzir-nos a uma tão necessária efetiva Estratégia de Gestão Patrimonial em Portugal.

Estando o recurso/a infraestrutura já disponível (existem 23 mil monumentos e cerca de um milhar de equipamentos em Portugal), o investimento a levar a cabo é essencialmente o da ativação do seu potencial económico, procedendo de forma estratégica, capacitando o país de *know-how*, de agentes competentes e de serviços e produtos com atratividade. Ora, para atingir este objetivo, é inevitável congregarmos as vontades do setor público e privado.

Começamos pelos privados: a fileira do património é composta por *players* diversificados – empresas de animação turística, de mediação e consultoria cultural, de reabilitação ou de conservação e restauro, ateliers de

arquitetura e de design, empresas de novas tecnologias e, claro, universidades produtoras de I&D.

Contudo, trata-se de um setor que ainda carece de estruturação do ponto de vista de fileira económica, rareando os palcos comuns, as políticas direcionadas para incentivos à estruturação, a pró-atividade agregadora da sociedade civil, a formação estratégica neste campo. Reflexo desta situação é o facto da gestão dos recursos patrimoniais permanecer, na sua larguíssima maioria, um monopólio estatal e duplamente centralizado: no setor público por um lado, com muito poucos casos de parcerias de gestão com o setor privado; no organismo cúpula, por outro – o caso da DGPC, sobretudo –, com reduzida autonomia financeira em matéria de equipamentos individualizados (exemplificando, a loja, a bilhética e o *sponsoring* do principal museu nacional – o Museu Nacional de Arte Antiga – são geridos pelos serviços centrais do Palácio da Ajuda).

Sendo o património um bem comum, não deve também a sua gestão, operacionalização, disponibilização poder ser levada a cabo por todos aqueles que reúnem as capacidades técnicas necessárias, independentemente de serem organizações de natureza pública ou privada?

Percorrendo no sentido descendente a escala dos utilizadores de recursos patrimoniais – do turista/consumidor, ao profissional/gestor, àquele que se deseja ser o futuro profissional – chegamos ao cidadão. “Chegar ao próximo”, a partilha de uma história inevitavelmente comum deve ser a matriz de atuação de qualquer política patrimonial. Para cumprirmos esse desígnio, temos de partir do lugar onde quem queremos conquistar está, aplicando o mesmo raciocínio dos serviços educativos amplamente desenvolvidos na última década em Portugal: se nos dispomos a conquistar as crianças, porque não nos dispomos a conquistar os adultos?

Há pois que promover serviços e produtos impulsionados por *experts* em conteúdos (Humanidades) e profissionais de outras formações, criando rotas, jogos interativos, aplicações, programação específica aliciante, programas televisivos/radiofónicos, publicações periódicas cativantes, edições de fundo, passatempos e concursos, eventos – acreditando convictamente que a matéria patrimonial deve chegar a todos.

A Educação Patrimonial, ponto igualmente fundamental para esta reestruturação, tem por objetivo estabelecer uma ponte sólida entre as crianças, os jovens e o património cultural herdado. O adjetivo “sólido” reporta não somente à construção desta relação mas, também, à sua sustentabilidade futura: importa que perdure, que seja regular, que seja partilhada, que cresça com disponibilidade para novos usufrutos, roupageis e utilizadores – “On ne connaît que les choses que l’on apprivoise” nas palavras do *Petit Prince* de Saint-Exupéry.

Poderíamos ainda referir as oportunidades de internacionalização do setor, nomeadamente, considerando os outros três continentes onde Portugal deixou presença física com mais de 2.300 monumentos e cerca de 500 sítios de origem portuguesa. Poderíamos ainda referir a oportunidade de fomentarmos uma revolução patrimonial do ponto de vista comunicacional, procurando criar um movimento equiparado ao da assunção da bandeira do ambiente como fator identitário, permitindo uma desejada associação de marcas a este recurso – e novas formas de financiá-lo, consequentemente. Poderíamos ainda questionar-nos, do mesmo modo que olhamos para os “miúdos-futuro”, sobre os “seniores-futuro” – esse imenso repositório de sabedoria, disponibilidade, vontade de participar, ser útil, partilhar e mostrar valor.

Património é gerador de mais criatividade, de mais compromisso cívico, de maior capacidade de resiliência, de mais satisfação, e sentimento de pertença – atrevemo-nos a dizer, de mais felicidade. Contribui para o combate à solidão, à degradação estética e emocional, à incompreensão, à falta de tolerância.

No arranque de um novo quadro comunitário, o nosso país está mais ciente do potencial, das virtualidades e da necessidade de se investir neste recurso endógeno. Contudo, se é certo que a transição desde a EXPO’98 até agora assentou em financiamento eminentemente estrutural, o Portugal 2020 privilegia investimento imaterial, de conteúdos, de dinâmicas, de usufruto.

Somos assim obrigados, agora, a ter imaginação; a pensar criticamente para quem e para o quê queremos recuperar ou preservar aquele património. Como podemos fazê-lo de uma forma sustentável, garantindo que, após o financiamento comunitário, a porta continua aberta e o usufruto daquele recurso permanece inquestionável. O Património está aqui. Herdado. Disponível. À espera. Queiramos nós e o futuro só pode ser, assim, feliz.

* Spira – revitalização patrimonial.

A EXPERIÊNCIA DA PARQUES DE SINTRA MONTE DA LUA SA

ANTÓNIO RESSANO GARCIA LAMAS *

A PARQUES DE SINTRA – MONTE DA LUA SA (PSML)

A PSML é uma empresa de capitais exclusivamente públicos, criada em 2000, no seguimento da classificação pela UNESCO, em 1995, da Paisagem Cultural de Sintra como Património da Humanidade¹. O Estado entregou-lhe para gestão as principais propriedades na zona da Paisagem Cultural, da qual hoje gere, em área, cerca de 45%.

São hoje acionistas da PSML a Direção Geral do Tesouro e Finanças (que representa o Estado) com 35% do capital, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (35%), o Turismo de Portugal (15%) e a Câmara Municipal de Sintra (15%). As propriedades visitáveis sob gestão da PSML são o Parque e Palácio Nacional da Pena, o Chalet da Condessa d'Edla, o Castelo dos Mouros, o Palácio e Jardins de Monserrate, o Convento dos Capuchos e também, desde 2012, os Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz, bem como a Escola Portuguesa de Arte Equestre que

¹ Foi a primeira vez que a UNESCO utilizou na Europa o conceito de Paisagem Cultural.

tem sede nos Jardins de Queluz. Estes monumentos, parques e jardins constituem um dos mais importantes conjuntos culturais e turísticos da Europa.

A missão estatutária da PSML é compreender (estudar), proteger, restaurar, manter, divulgar e abrir o Património Natural e Cultural que gere à fruição pública e contribuir para a salvaguarda e valorização da Paisagem Cultural de Sintra. Para melhor exercício das suas obrigações e competências, a PSML conta com o apoio de um Conselho Científico de personalidades de referência nas diversas áreas da sua atuação e recorre à colaboração de universidades e centros de investigação.

A PSML não recorre ao Orçamento do Estado, pelo que a recuperação e manutenção do património que gere são asseguradas pelas receitas de bilheteiras, lojas, cafetarias e aluguer de espaços para eventos.

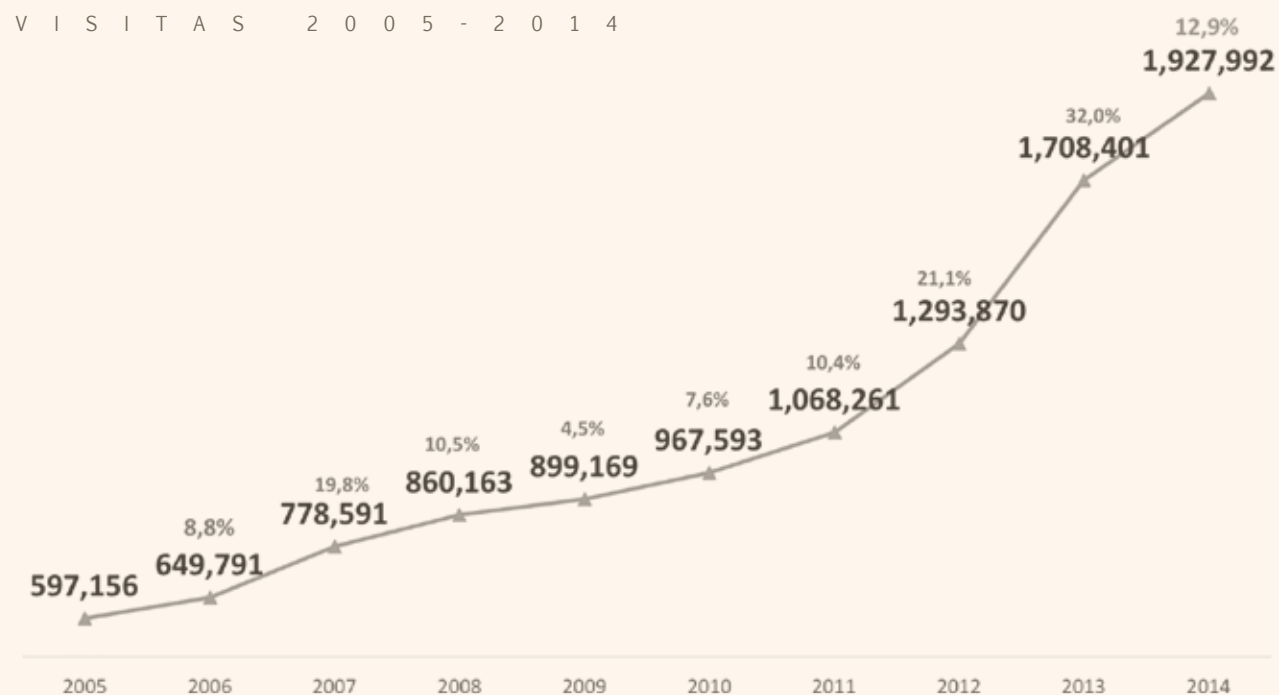
Para além desta característica, não estatutária mas de facto, a PSML é um modelo de gestão de património único em Portugal porque: o seu capital social é exclusivamente público; o património que lhe está confiado

é do mais alto nível (Mundial); gere património natural e cultural muito diverso situado num perímetro delimitado; e, apesar de juridicamente ser uma sociedade anónima, não distribui dividendos aos acionistas investindo todos os resultados na recuperação e manutenção desse património.

ESTRATÉGIA PARA A SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO E DA EMPRESA

O financiamento da PSML requer uma atenção permanente à capacidade para atrair e acolher visitantes, ou seja, a sustentabilidade da empresa é indissociável do estado de conservação do património que abre à fruição pública, isto é, do cumprimento da própria missão. Para isso, a metodologia desenvolvida, que se designou por “círculo virtuoso do património”, consistiu em restaurar com a maior qualidade possível, de forma integrada e à vista do público (“abrir para obras”) jardins e construções; criar assim novos polos de interesse; divulgá-los adequadamente; atrair mais visitantes; gerar mais receitas e reinvestir os resultados em novas intervenções.

V I S I T A S 2 0 0 5 - 2 0 1 4



O sucesso desta estratégia é ilustrado pelo crescimento do número de visitantes², medido pelo número de visitas pagas³, pelas receitas arrecadadas (ver gráficos) e pelos investimentos realizados desde 2006, que totalizaram 30,2 milhões de euros⁴. A qualidade das intervenções e atividades da PSML são também

² Em 2014, as propriedades geridas pela PSML receberam 1.928.000 visitas pagas, cerca de 90% das quais por parte de estrangeiros.

³ Aquando da recuperação da empresa, que em 2005 apresentou um passivo de 9,2 milhões de euros, as entradas gratuitas foram eliminadas, com exceção das visitas de munícipes de Sintra ao domingo de manhã.

⁴ Dos quais 6,5 milhões de euros foram incentivos provenientes de vários programas europeus e nacionais.

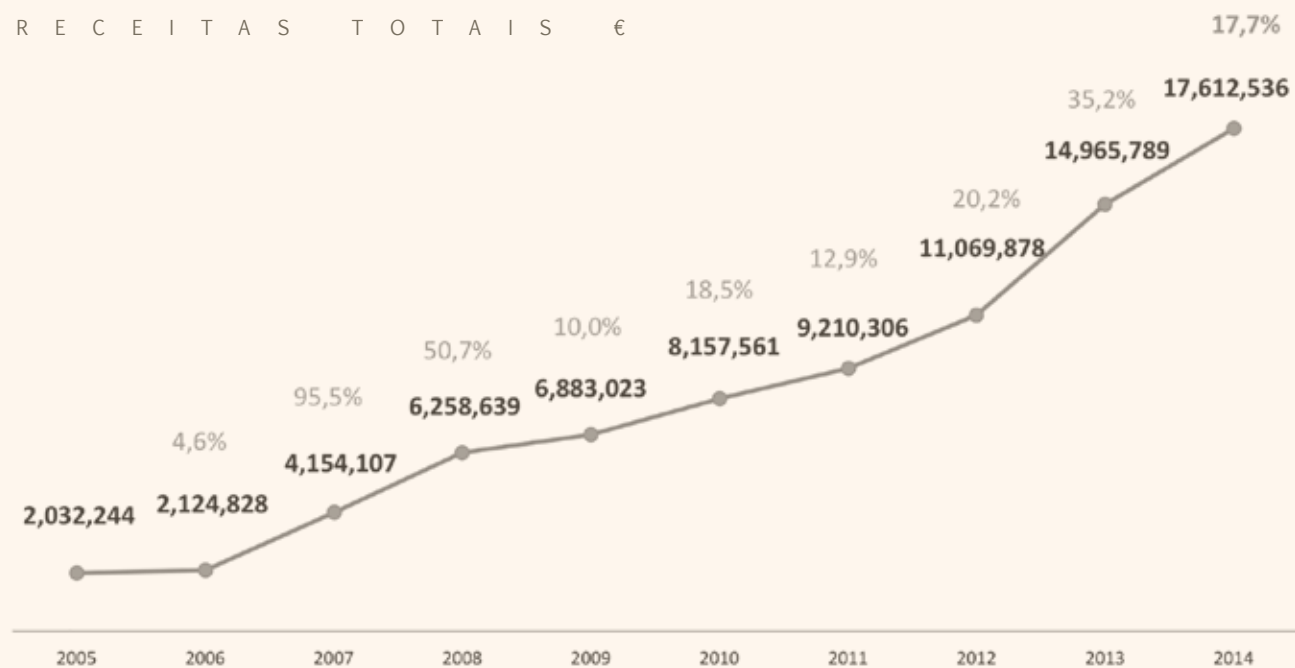
ilustradas pelos numerosos prémios e distinções que tem recebido, de que se salientam:

- Em 2010, o prémio do Turismo de Portugal na categoria de *Melhor Requalificação de Projeto Público*, foi-lhe atribuído pelo restauro do Palácio de Monserrate; e recebeu o prémio anual do Grémio Literário, atribuído pela primeira vez a intervenções no património, pelo restauro do Palácio de Monserrate e do Chalet da Condessa d’Edla;
- Em 2011, recebeu o prémio Turismo de Portugal na categoria de Melhor Novo Projeto Público pelo Chalet e Jardim da Condessa d’Edla;
- Em 2013, recebeu o prémio da União Europeia – Europa Nostra pela recuperação do Chalet da Condessa d’Edla; o "European Garden Award"

atribuído aos Jardins de Monserrate; e recebeu o World Travel Award na categoria "Conservation";

- Em 2014, a PSML recebeu de novo o World Travel Award na categoria *Conservation*; o Parque da Pena foi classificado pela International Camellia Society como Jardim de Excelência; a Remodelação da Loja, Restaurante e Cafetaria do Palácio Nacional da Pena recebeu o prémio SIL do Imobiliário; e o Projeto BIO+Sintra (Life) recebeu uma menção honrosa da Green Project Awards;
- Em 2015, a Reabilitação do Castelo dos Mouros recebeu o Prémio Nacional do Imobiliário na categoria dos Equipamentos Coletivos; e a Recuperação do Salão Nobre do Palácio da Pena recebeu uma

R E C E I T A S T O T A I S €



Menção Honrosa do Prémio Nacional de Reabilitação Urbana.

Como método, nas intervenções, para além da regra geral do “abrir para obras”, para cada tipo de projeto e condições é escolhida a melhor abordagem (*in-house* ou em *outsourcing*), mas é sempre a equipa técnica que define os requisitos dos projetos e obras, conduz os processos de contratação e supervisiona e acompanha a sua execução.

Paralelamente, a empresa dá especial atenção à sua responsabilidade social através de programas e projetos de inclusão e participação: recebe regularmente reclusos de todas as cadeias do país que, em fim de cumprimento de pena, pretendem adquirir experiência útil e remunerada para o seu retorno à vida real; contratualiza com CERCIS locais a manutenção de jardins; promove a acessibilidade de visitantes com mobilidade, audição e visão condicionadas e fomenta o voluntariado.

ASPETOS REFERENCIAIS DO MODELO DE GESTÃO DA PSML

Como empresa, a PSML é responsável pela sua organização interna; pela elaboração do Plano de Atividades e Orçamento; pelo endividamento necessário para volante de investimentos e para enfrentar a sazonalidade das suas receitas; pela contratação ou requisição de pessoal; e pela prestação de contas à Assembleia Geral. Pelos seus estatutos, possui alguns (poucos) poderes de Estado, mas não está dispensada de requerer autorização do Património Cultural e da Conservação da Natureza para as intervenções que realiza.

Por integrar o Setor Empresarial do Estado é tutelada pelo membro do Governo responsável pelo Ambiente e tem de seguir as regras da contratação pública mas, em consequência da “crise”, apesar de não depender do Orçamento do Estado, de ser financeiramente

“saúdavel” e, portanto, de não contribuir nem para a dívida nem para o *deficit* público, foi abrangida por penosas limitações, nomeadamente quanto à contratação de pessoal e endividamento bancário, mesmo quando absolutamente necessários para a referida sazonalidade.

Da experiência dos últimos nove anos, e temendo que não se possa repetir, importa referir a importância da gestão de uma empresa tutelada mas sem interferência política, nomeadamente na contratação de pessoas e serviços, em que se pautou sempre por critérios de competência e mérito.

Por outro lado, e como acima referido, o facto da PSML ter atuado, desde a sua criação em 2000, como uma instituição sem fins lucrativos, e ter afetado todas as receitas de forma integrada pelos diversos polos visitáveis (uns rentáveis e outros deficitários), foi essencial para os resultados atingidos. De facto, se a empresa, como SA que é, fosse chamada a distribuir dividendos, isso comprometeria a principal vantagem do modelo instalado em comparação com a gestão direta de monumentos e parques pela administração pública, que tradicionalmente utiliza parte das receitas provenientes desse património para suportar o seu próprio funcionamento.

PERSPETIVAS E RECOMENDAÇÕES DECORRENTES DA EXPERIÊNCIA DA PSML

Por algumas referências já indicadas, o modelo de sociedade anónima não deve ser considerado inquestionável, porque o essencial é a gestão integrada de um conjunto de valores patrimoniais públicos com afinidades decorrentes do seu valor e localização, com flexibilidade empresarial associada à possibilidade de aplicar todas as receitas disponíveis na conservação e valorização desse património.

Importa também que seja obrigada a

prestar contas, não necessariamente a acionistas mas, a exemplo de outros modelos europeus de gestão de património público, como os *trusts*, a um conselho de especialistas e *stakeholders* que proponha nomeações, elabore recomendações e avalie resultados.

Por outro lado, por gerir valores patrimoniais classificados deveria ter poderes de Estado mais alargados, nomeadamente para, nas respetivas zonas de proteção, poder influenciar, ou mesmo substituir, as instituições públicas e intervir quando está em causa a salvaguarda desse património, por exemplo, apreciando projetos públicos e privados para essas zonas e exercendo o direito de preferência sobre transmissões de propriedade.

Por fim, à pergunta sobre se o modelo da Parques de Sintra pode ser aplicado noutros lugares, a resposta é sim, independentemente do estatuto jurídico mas com as recomendações acima referidas, se estiver em causa a gestão de:

- um património natural e cultural diversificado e atrativo;
- localizado num perímetro controlável;
- de escala suficiente para justificar equipas especializadas em várias áreas;
- e requerer não só manutenção mas, também, investimentos.

Belém e Évora são dois exemplos de zonas onde estas condições existem.

* Presidente do Conselho de Administração da Fundação Centro Cultural de Belém

aprender o



Mosteiro de Alcobaça, 2015

património

VASCO MOREIRA RATO *

Por definição, o património cultural é guardião de conhecimento. A sua apreensão depende da fruição do próprio bem, material ou imaterial, consubstanciada num momento experiencial sempre irrepetível. Por outro lado, a fruição do património cultural é indissociável da sua preservação.

A formação relativa ao património pode ser articulada em dois eixos principais: a educação cultural que uma sociedade proporciona aos seus cidadãos e que lhes permite exercer aquela experiência de modo informado, livre e pleno; e a educação específica destinada a criar profissionais especialistas que asseguram a fruição e a preservação da nossa herança comum. Este último eixo é objeto de um imenso conjunto de cursos que perpassa todos os níveis de formação académica. A componente da fruição está representada por propostas muito diversas que incluem museologia, curadoria, animação cultural, gestão, turismo, entre outros. A componente da preservação organiza-se, essencialmente, em propostas no domínio da inventariação, do diagnóstico, da conservação, do restauro e da reabilitação. Alguns programas pretendem congregiar as duas componentes e outros estão vocacionados para o património tradicional e popular. Esta rica diversidade demonstra um bom estado de maturidade para a consolidação de uma visão integrada de património cultural; representa também um desafio na medida em que é real o risco de visões parcelares e desconexas conduzirem a maus resultados quer na gestão, quer na preservação do património. As oportunidades são estimulantes. Destacam-se três que se consideram particularmente significativas no momento atual. Em primeiro lugar, reforçar (ou intro-

duzir) uma matriz cultural nos programas de formação. Por exemplo, uma ponte histórica é mais do que uma notável obra de engenharia. Deste modo, a sua conservação não pode depender de uma abordagem meramente técnica; requer um enquadramento cultural que é determinante no sucesso das decisões a tomar durante a intervenção.

Em segundo lugar, há que reconhecer em definitivo que o património cultural configura, por si, uma especialidade de conhecimento, com um corpo teórico e uma *praxis*. Depende, inevitavelmente, de inúmeros contributos específicos, para além de que a noção de património engloba uma vastidão de conceitos. Todavia, existe uma atitude que lhe é própria. Por exemplo, assim como o restauro de uma escultura não inclui a proposta de qualquer alteração contemporânea, o projeto de conservação e restauro de um edifício histórico é mais do que um projeto de arquitetura.

Em terceiro lugar, há que aprofundar a formação na área da gestão do património. O património cultural não é uma atividade comercial, é uma causa! Mas uma causa que requer recursos para a sua preservação e fruição; estes recursos podem, nalguns casos, ser gerados pelo próprio património. Esta dimensão exige competências próprias de gestão enquadradas na matriz de atuação no património.

Estes desafios, como tanto outros, exigem o intenso aprofundamento de parcerias entre escolas, políticas públicas e prática profissional.

* Professor Auxiliar do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

CULTURA HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

PILARES DO
TURISMO
NA REGIÃO
CENTRO
PORTUGAL

PEDRO MACHADO *

O turismo cultural é um dos segmentos que tem apresentado um significativo crescimento no mercado do turismo, assumindo-se como uma indústria apelativa para as cidades e regiões, estimulando a atividade cultural e com um impacto positivo na economia local.

É, no entanto, uma indústria complexa, com grande concorrência a nível nacional e internacional, integrando um conjunto valiosíssimo e único de experiências que ajudam a compreender o que distingue um determinado destino – o seu estilo de vida, a sua arte, as suas populações. O desafio está em saber transmitir e interpretar essa oferta cultural, da forma mais genuína possível, junto dos visitantes.

Tem-se verificado que o sucesso dos eventos desenvolvidos no âmbito do Turismo Cultural assenta, essencialmente, na arte de envolver as comunidades, reforçando a sua identidade cultural e sentimento de pertença.

O Plano de Marketing da Turismo do Centro definiu que a marca Centro de Portugal deverá posicionar-se assentando em quatro principais vetores: Cultura, História, Património; Saúde, Natureza e Bem-estar; Turismo Científico e Tecnológico; Turismo Residencial/*Lifestyle Migration*.

Com isto, pretende-se que os turistas possam ter experiências multifacetadas, satisfatórias e memoráveis na interação com a marca.

Um dos principais vetores em que assenta toda parte da estratégia da Turismo do Centro é o da “Cultura, História e Património”. Este é o vetor orientado para a criação de uma imagem de marca relacionada com a cultura distintiva do Centro de Portugal (subculturas, hospitalidade e relações profundas, festas populares, tradições, artesanato e etnografia, gastronomia típica/ produtos endógenos, autenticidade percebida, entre outros). Está também relacionado com a história (marcos históricos e arqueológicos relacionados com a pré-história, às invasões, entre outros, e as narrativas que lhes são associadas) e com o património material (edifícios de interesse patrimonial, aldeias típicas, castelos, linhas de Torres, entre outros) e imaterial (tradições típicas, fado), com destaque para o património reconhecido pela UNESCO e de importância nacional.

Pretende-se promover e valorizar (a curto/médio prazo) os quatro elementos patrimoniais inscritos na lista “Património Mundial da UNESCO”: Mosteiro da Batalha (Batalha), Convento de Cristo (Tomar), Mosteiro de Alcobaça (Alcobaça), Universidade de Coimbra, Alta e Sofia (Coimbra). Deste modo, o objetivo será posicionar-se a marca Centro de Portugal como uma marca agregadora e atrativa e como produto inovador e gerador de valor cultural, social e económico para a região.

Obviamente, existem na região outros elementos patrimoniais que, não estando inscritos na lista da UNESCO, são geradores de grande valor cultural, experiencial e turístico, e que importa alavancar.

Assim, a estratégia a implementar passar por desenvolver quatro programas distintos, mas simultâneos e complementares:

1. **CARTOGRAFIAR O SISTEMA TURÍSTICO ATUAL**
Identificando a atual oferta e procura, mapeando os agentes públicos e privados, realizando estudos regulares de públicos, criando um grupo de trabalho para acompanhamento do projeto, identificando problemas, serviços deficitários, recursos pouco utilizados, e oportunidades a explorar, e desenvolvendo uma monitorização turística da rede e seus produtos.
2. **PROMOVER A APROPRIAÇÃO PELAS COMUNIDADES**
Estudando as perceções das populações locais (para compreender qual o impacto que atribuem a ao turismo patrimonial no respetivo território), criando processos de aproximação da comunidade ao património, criando plataforma de diálogo, produzindo eventos específicos para a população local, desenvolvendo ações de comunicação dirigidas aos públicos locais, reforçando redes com os públicos escolares locais, promovendo ações de voluntariado, envolvendo as populações.
3. **QUALIFICAR A EXPERIÊNCIA DOS VISITANTES E TURISTAS**
Valorizando as potencialidades turísticas no território e, em particular, os recursos Património Mundial, através de: valorização individual dos recursos; valorização em rede dos recursos património mundial; integração na rede de outros recursos e roteiros de turismo cultural de excelência (urbano, religioso, militar, imaterial, etc.).
4. **COMUNICAR COM EFICÁCIA**
Para o efeito, é necessário, num primeiro momento, conhecer bem os públicos, a sua segmentação e as suas perceções. Posteriormente, é importante desenvolver uma marca que agregue a comunicação da rede, e gerar uma narrativa baseada no(s) património(s), o território, a rede, a identidade, das pessoas que integre novas personagens e novos protagonistas. Tratando-se de uma relação íntima e de intrínseca simbiose, a existente entre Turismo e Cultura, considera a Região Centro que esta assume, pelas suas diversas vicissitudes, uma importância basilar na estratégia e promoção turística de qualquer destino, potenciando o seu desenvolvimento económico e financeiro. Por este motivo, serão estas as linhas orientadoras da ação futura, da Região Centro, no desenvolvimento e implementação do vetor da “Cultura, História e Património”.

* Presidente da Entidade Regional Turismo do Centro

destruição do património

breves notas • impressões • incertezas

CONCEIÇÃO LOPES *



Porta de Todas as Nações, Persépolis, Irão, 2014

O património, por ser um elemento estruturante e fundamental da coesão das comunidades, quer sejam aldeias, regiões ou países, é nos tempos contemporâneos, mais que antigamente, alvo preferencial de ataque em tempos de guerra.

Cartago, que depois de destruída teve o solo coberto de sal para que nada mais ali crescesse, poderia ilustrar outras tantas bestialidades contra o património que em todas as guerras e em todos os tempos se perpetraram.

Mesmo tendo a destruição da cidade de Cartago um carácter ilustrativo da brutalidade humana e do carácter premeditado da destruição com objetivos de prosternar as comunidades – *Delenda est Cartago*, era a frase com que o senador Catão terminava todos os seus discursos e com a qual pretendia afirmar o poder da agressão sobre os tratados de paz –, não se podem arrumar todas as motivações e modos de destruição do património numa única tipologia de motivações e modos de agir. Os ataques e destruições da herança cultural coletiva que o Estado Islâmico/Daesh tem protagonizado no Iraque, na Síria, na Líbia, etc. respondem por uma bem definida estratégia de destruição dos elementos e/ou dos contextos que remetem para as origens da nossa civilização e que são reconhecidos por todos como parte integrante da longa vivência individual e comunitária da humanidade, de modo a desafiar as instituições internacionais que respondem pela salvaguarda dessa herança construída ao longo de milénios.

O carácter espetacular das ações, exemplarmente divulgado pelo uso das redes sociais e outros meios de mundialização imediata da informação, com recurso a imagens de subtil produção, corresponde a uma novidade nestes processos de demonstração de poder e de criação de medo. Novidade é, ainda, a solidária e universal dor da perda e a unânime disponibilidade para a condenação.

Conhecedores do efeito de revolta universal que os seus atos bárbaros sobre este património provocam mas, também, do alcance que a mediatização lhes confere, os ideólogos do Estado Islâmico/Daesh intimidam e chantageiam, de modo provocatório, as emoções coletivas e os estados.

Se Cipião, o general que comandou as tropas na destruição de Cartago, chorou quando olhou para o estado de ruínas em que os homens por si comandados deixaram a grandiosa e antiga cidade, não se espere de nenhum membro do Daesh que verta lágrimas após um ataque a ruínas, obra de arte ou qualquer outro património do tempo passado, porque a gratuidade do ato é parte integrante de um *show* bem organizado com o qual se aterroriza o mundo.

As destruições e ataques são apenas uma parte mais mediática dos usos e desusos que o Daesh faz do património. E diríamos, até, a mais solitária. Porque entre as muitas formas de apoio que de uma forma ou de outra se conhecem, a utilização do património para financiar as suas ações terroristas tem cúmplices e parceiros.

De facto, o financiamento do Daesh, por via da venda no mercado clandestino de objetos arqueológicos, constitui uma das utilizações correntes do património arqueológico. Pode até dizer-se que se não há mais destruições de museus é porque estes são uma grande fonte de ativos para alienar. E porque vender não é o mesmo que destruir, este não é publicitado.

A UNESCO não se cansa de condenar o tráfico ilícito de obras de arte da Síria e do Iraque ou as escavações clandestinas que visam desenterrar objetos valiosos para os colocar no imenso mercado clandestino de material arqueológico. Todavia, este mercado é hoje um mercado florescente.

Se há quem compre e se o mercado existe, falar de universalidade da condenação às infames destruições do Daesh não passa de cinismo; os compradores particulares e os Estados que “recebem” nos seus países as peças arqueológicas, ou aqueles que, aproveitando a desordem, organizam e patrocinam escavações clandestinas, estão mais ou menos identificados. Porém, a sua identificação pública não está na ordem do dia! Há, neste aspeto, também, muito que se sabe, mas pouco que se divulga.

Assim, sendo este o momento de condenação pelo que ocorre com a destruição do património nos espaços ocupados pelo Daesh, não será ainda, certamente, tempo de fazer o balanço de tudo o que acontece, porque nem tudo se sabe tanto quanto deveria saber-se.

É por isso que a comunidade não sabe, muitas vezes, como reagir. Vejam-se, a este propósito, as posições contraditórias dos que consideram que não se devem divulgar imagens, porque isso dá mais visibilidade e promove as destruições, e as que consideram que não há nenhuma vantagem em não divulgar; ou aquelas que afirmam que não se deve aceder às mensagens que o Estado Islâmico/Daesh divulga pelo Twitter ou outros meios de divulgação, e as que consideram irrelevante que se consulte toda a informação que estes divulgam.

A certeza de que, não fora estes factos espetaculares, as depauperadas organizações internacionais que se preocupam com o património nunca encontrariam recursos para poder intervir e tentar evitar a destruição total, introduz ainda mais algum grau de dúvida sobre o que fazer, como fazer e para que fazer. A destruição de Nimrud, a capital do reino Assírio, que a UNESCO considerou como “um ato de loucura, um crime de guerra” constitui uma perda irreversível para a humanidade – parte da sua história e da sua obra criadora perdeu-se e foi amesquinhada. A vil destruição da escultura calcária de um *Lamassu* – ser mágico com cabeça de homem, corpo de touro ou leão, e asas de águia –, representando um ser que não pertence ao mundo real, mas ao mundo do imaginário, um ser sagrado cujos elementos simbólicos remetem para a inteligência, a força e a velocidade, constitui uma profunda dor por nos confrontar de forma tão óbvia com o inverso dos atributos de inteligência, e do mundo sonhado e belo da humanidade. As destruições a que assistimos no Iraque, na Síria e na Líbia, mas também no Mali, na Nigéria e na Tunísia, remetem para um tempo presente incerto, onde a barbárie ocupou um lugar de destaque e a nossa condição de seres humanos construtores de *Lamassu* tenha um desafio tão doloroso à sua frente.

O desafio é, também, o de não deixar que em condição alguma, em nenhum parte do mundo, por razões nenhuma, alguém destrua o nosso *Lamassu*.

* Diretora do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra

RITA BRASIL DE BRITO *

A REDE DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DE PORTUGAL

A Rede do Património Mundial de Portugal é constituída pelos gestores dos bens – ou sítios – portugueses inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO e pela Comissão Nacional da UNESCO. Atualmente são 15 os bens portugueses inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO¹, a saber:

- O Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural Evolutiva e Viva;
- O Centro Histórico de Évora;
- O Centro Histórico de Guimarães;
- O Centro Histórico do Porto;
- A Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e suas Fortificações;
- O Convento de Cristo em Tomar e Castelo Templário;
- A Floresta Laurissilva da Madeira;
- O Mosteiro de Alcobaça;
- O Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha;
- O Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém;
- A Paisagem Cultural de Sintra;
- A Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico;
- Os Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Coa;
- A Universidade de Coimbra – Alta e Sofia;
- A Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo.

Do ponto de vista da sua classificação como sítios do Património Mundial, estão representados diferentes tipos de bens, como os bens naturais (Floresta da Laurissilva da Madeira) e culturais (todos os outros), transfronteiriços (Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Coa) e nacionais (os restantes), monumentos (Mosteiro de Alcobaça, Convento de Cristo, Mosteiro da Batalha, Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém), conjuntos (Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e suas Fortificações, Universidade de Coimbra-Alta e Sofia), centros históricos (Évora, Guimarães, Porto), paisagens culturais (Alto Douro Vinhateiro, Cultura da Vinha da Ilha do Pico, Sintra).

Também se verifica grande diversidade considerando a natureza da entidade gestora dos bens, pois incluem-se instituições como uma Comissão de Coordenação

e Desenvolvimento Regional (a do Norte), Câmaras Municipais, Serviços dos Governos Regionais das Regiões Autónomas, uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, para dar alguns exemplos.

Todos estes sítios, no entanto, partilham da qualidade de Património da Humanidade aprovado pela UNESCO, o que significa que, perante esta organização internacional e os seus Estados Membros, são dotados de “valor universal excepcional”², sendo uma “obrigação primordial” a sua proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras³.

É esta pertença comum à Lista de Património Mundial, com as responsabilidades, desafios e oportunidades daí decorrentes que aproxima os sítios considerados Património da Humanidade.

Assim, animados por uma vontade de maior conhecimento mútuo, de partilha e de criação de sinergias, os gestores dos 15 sítios do Património Mundial de Portugal juntaram-se e, conjuntamente com a Comissão Nacional da UNESCO, assinaram em Coimbra, a 18 de julho de 2014, um “Acordo de Cooperação para a Criação da Rede do Património Mundial de Portugal”.

Este Acordo de Cooperação apresenta como seu objetivo “promover a aproximação entre os sítios património mundial, através do debate de ideias sobre a gestão e reabilitação do património, do intercâmbio de conhecimentos e da discussão de questões de interesse mútuo, bem como na participação conjunta em projetos e iniciativas que gerem valor nas regiões onde se inserem e difundam o Património Mundial em Portugal e no Mundo” (nos termos do n.º 1 da Cláusula Segunda).

A constituição da Rede do Património Mundial resultou da iniciativa de alguns gestores do Património Mundial, que consideraram que seria uma mais-valia para as suas atividades, uma aproximação entre si, a partilha de soluções para problemas comuns e a sua afirmação, nacional e internacional em escala ampliada.

Por seu turno, a Comissão Nacional da UNESCO aplaudiu esta visão e esteve, desde a primeira hora, associada à constituição da Rede do Património Mundial de Portugal, tendo a sua primeira reunião formal sido realizada no Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde a Comissão Nacional da UNESCO está integrada e tem a sua sede.

² Os critérios para a avaliação do valor universal excepcional são aprovados pelo Comité do Património Mundial. A este respeito, ver a obra “30 Anos de Boas Práticas – Portugal e o Património Mundial”, edição da Comissão Nacional da UNESCO disponível em http://issuu.com/cbc_unesco_pt/docs/unesco_portugal_e_o_patrim_nio_mun

³ Artigo 4.º da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial)

Do ponto de vista da UNESCO, a existência de redes que associam diferentes elementos da sociedade civil, unidos por um mesmo propósito dentro das áreas de mandato desta organização internacional, é não só corrente como encorajada. Na realidade, cooperam com a missão da UNESCO redes internacionais (e nacionais) como, por exemplo,⁴ a rede de escolas associadas da UNESCO⁵, a rede dos Centros e Clubes UNESCO⁶, a rede das Cátedras UNESCO⁷, a rede de centros e Institutos de Categoria 2.

Curiosamente, em Portugal, a primeira experiência de ligação entre gestores de sítios de Património Mundial teve uma natureza internacional: trata-se da Rede do Património Mundial de Origem ou Influência Portuguesa. Esta rede junta diversos representantes de países com bens de origem e influência portuguesa, a qual, em novembro de 2012 contava com 26 bens em 18 países nos cinco continentes⁸. De acordo com a Declaração de Coimbra, aprovada a 26 de outubro de 2010, a Rede do Património Mundial de Origem ou Influência Portuguesa tem por finalidade “fomentar a cooperação para o conhecimento e salvaguarda desse mesmo património”⁹. Esta Rede, por vicissitudes diversas, não tem conhecido atividade relevante nos últimos tempos, situação que esperamos que, em breve, possa ser alterada.

Voltando à Rede do Património Mundial de Portugal que nos ocupa, de acordo com a Cláusula Quarta do Acordo de Cooperação supra referido, o seu âmbito de intervenção concretiza-se através dos seguintes domínios de atividade:

- “atuar como uma rede para o desenvolvimento de competências e conhecimentos e para a troca de experiências, informações e resultados ligados à gestão do Património Mundial;
- desenvolver linhas de *advocacy* em prol do Património Mundial em Portugal;
- trabalhar conjuntamente com os organismos e atores envolvidos no Património Mundial como ICOMOS, ICCROM, IUCN, DGPC, ICNF, a CNU¹⁰, entre outros;

⁴ <http://en.unesco.org/partnerships/non-governmental-organizations/international-networks>

⁵ <http://www.unesco.org/new/en/education/networks/global-networks/aspnet/> e <http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/redes-unesco/escolas-associadas>;

⁶ <http://en.unesco.org/countries/associations-centres-and-clubs-unesco> e <http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/redes-unesco/centros-e-clubes-unesco>

⁷ <http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/redes-unesco/catedras> e <http://en.unesco.org/unitwin-unesco-chairs-programme>

⁸ <http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-de-influencia-portuguesa>

⁹ 30 Anos (...) Página 44.

¹⁰ *International Council on Monuments and Sites (ICOMOS)* – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios; *International Centre for the*

- atuar conjuntamente na defesa do património cultural e natural, realizando projetos e propostas comuns;
- articular a ação com as entidades responsáveis pelo património cultural e natural assim como com os parceiros adequados, sempre que a formulação de normativos legais ou a falta deles afete os bens em causa;
- promover a sensibilização para a necessidade de preservar o Património Mundial e garantir que o estatuto de Património Mundial está convenientemente assinalado e valorizado nos locais onde os bens se encontram, nomeadamente através de atividades e programas educativos;
- valorizar a função do Património Mundial na vida da comunidade e aumentar a participação das populações locais e nacionais e da sociedade civil na proteção e valorização do património;
- procurar junto de entidades locais, nacionais e internacionais apoios e recursos eficazes para a gestão do Património Mundial;
- articular a ação com os subscritores deste Acordo e com as entidades responsáveis pelo património cultural e natural, sempre que oportunidades possam ser formuladas no sentido de atuar no desenvolvimento e qualificação dos territórios onde os bens estão inseridos;
- promover nacional e internacionalmente o património cultural material e imaterial e o património natural classificado como Património Mundial em Portugal;
- planear uma política de difusão de imagem que corresponda aos interesses das comunidades dos territórios participantes, nomeadamente na notoriedade dos seus produtos culturais, recursos endógenos e turísticos;
- criar atividades culturais conjuntas, em rede, com projeção internacional;
- participar em feiras nacionais e internacionais ligadas ao património cultural e natural e ao turismo;
- estabelecer e fortalecer parcerias internacionais duradouras e cooperar com outras redes europeias de monumentos e sítios Património Mundial.”

Para apoio da concretização destes propósitos e domínios de atividade, é prevista a criação de uma Comissão de Acompanhamento da Rede, composta, de modo rotativo, por representantes de dois gestores dos sítios do Património Mundial de Portugal e, de modo permanente, pela Comissão Nacional da UNESCO.

Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) – Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais; *International Union for Conservation of Nature (IUCN)* – União Internacional para a Conservação da Natureza; Direção-Geral do Património Cultural (DGPC); Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Comissão Nacional da UNESCO (GNU).

No primeiro ano, integram a Comissão de Acompanhamento representantes dos gestores dos sítios Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural Evolutiva e Viva e da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia.

A Rede do Património Mundial de Portugal é “aberta e flexível [n.º 2 da sua Cláusula Segunda], podendo vir a integrar novos sítios do Património Mundial portugueses que sejam inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO e que as entidades gestoras se revejem nos objetivos, âmbito de intervenção e na forma de funcionamento da rede e se disponibilizem para cooperar na sua dinamização”. Podem também participar nas reuniões da Rede entidades cuja domínio de atuação seja relevante para os projetos e iniciativas desenvolvidas por aquela. É este o caso, por exemplo, da participação nas reuniões da Rede de um/a representante da Organização das Cidades Património Mundial¹¹.

Na primeira reunião da Rede Património Mundial de Portugal, em 30 de setembro de 2014, foi aprovado o seu Programa de Ação para o biénio 2014/2015. Entre as atividades previstas incluem-se, designadamente:

- O lançamento de um concurso para a criação da identidade visual da Rede (na sequência do qual foi aprovado o seu logótipo);
- A criação de uma página na Internet sobre a Rede do Património Mundial de Portugal (www.rpmp.pt);
- A criação de uma página no Facebook (www.facebook.com/rededopatrimoniomundialdeportugal);
- A participação em *stand* conjunto na Bolsa de Turismo de Lisboa (fevereiro de 2015) e na Feira do Património em Coimbra (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 9 a 11 de outubro de 2015);
- [Apresentação da Rede do Património Mundial de Portugal no Pavilhão de Guimarães da Bolsa de Turismo de Lisboa, na FIL, a 27 de fevereiro de 2015]
- A produção de materiais de divulgação sobre a Rede do Património Mundial de Portugal, como folhetos, vídeos, exposições itinerantes;
- A aproximação à Organização das Cidades Património Mundial entre outras instituições;
- A preparação de um plano de formação para professores sobre Património Mundial.

¹¹ www.ovpm.org

Para além destas atividades, na sua maior parte ou executadas ou em vias de execução, a Rede do Património Mundial de Portugal tem em preparação outras iniciativas, nomeadamente, uma maior articulação de esforços com o Turismo de Portugal, I.P e atividades que lhe proporcionarão uma maior divulgação do seu potencial.

Apesar de nos termos do seu regulamento interno estarem apenas previstas duas reuniões ordinárias anuais, desde a sua constituição, em julho de 2014, a Rede já reuniu cinco vezes, em diversos pontos do território nacional (Lisboa, Coimbra, Peso da Régua, Guimarães e Tomar), o que demonstra a sua vitalidade.

São, simultaneamente, desafios e oportunidades da Rede do Património Mundial de Portugal a sua estrutura flexível a sua natureza meramente colaborativa entre várias entidades, que se associam no quadro – variado – das suas possibilidades legais e orçamentais.

A sua riqueza inestimável resulta da natureza universal excecional do Património da Humanidade que serve, do inerente valor cultural e histórico que traz subjacente, para cujo conhecimento e divulgação pretende contribuir. O seu valor resulta também das forças vivas da criatividade e boa vontade humana, movidas por um exemplar espírito de união, cooperação e interagida.

* Secretária Executiva da Comissão Nacional da UNESCO

37

RL #43
RIBALTA



M H S :

Inovação ao serviço do Património

Edifícios históricos inteligentes e eficientes. Pode parecer utópico, mas a premissa é hoje uma realidade graças à Fundação Santa María la Real do Património Histórico e à Telefónica. Sob o título de *Monitoring Heritage System* (MHS) – Sistema de Monitorização do Património, foi desenvolvida

a tecnologia necessária para garantir, por um lado, a conservação preventiva do património e, por outro, a sua gestão inteligente, mediante o controle de aspetos como a segurança, os acessos ou a iluminação.

O sistema desenvolvido pela entidade cultural e pela Telefónica assumiu uma aliança entre o setor do Património e o das Comunicações, apresentando-se para os edifícios históricos no século XXI, na era das cidades inteligentes. O MHS baseia-se na colocação de pequenos sensores sem fios em pontos estratégicos do edifício que tomam o pulso ao espaço e vigiam o ambiente, garantindo que está tudo em ordem. Estes dispositivos monitorizam diferentes parâmetros, desde os ambientais (temperatura, humidade, luminosidade) até aos estruturais (gretas, fissuras, vibrações, etc.), e podem até mesmo detetar a presença de térmitas ou outros xilófagos, antes de estes atacarem a madeira. Uma vez registados, enviam os dados para um servidor central localizado em Aguilar de Campoo, Palencia, no Centro do Património Tecnológico.

Do restauro à conservação preventiva

Aqui, uma equipa multidisciplinar trabalha há anos para transformar estes dados em conhecimento, para gerar algoritmos precisos, protocolos de ação que se ativam de forma imediata e que permitem reagir em tempo real quando qualquer anomalia é detetada. Neste aspeto, o apoio da Telefónica tem sido

CARMEN MOLINOS *

fundamental, pois está a contribuir para o desenvolvimento de protocolos M2M, aplicando tecnologia de ponta ao Património, permitindo, por exemplo, abrir uma janela ou ligar um aquecedor por controle remoto para corrigir um nível elevado de humidade, garantindo a segurança e a eficiência energética do imóvel, e procurando, ainda, a sua gestão inteligente.

Contribuição para a divulgação e promoção

Entre as múltiplas aplicações do MHS está a de facilitar a dinamização e promoção turística, mediante diferentes formas como o acesso controlado ao edifício, com um sistema de códigos e cartões magnéticos que permite também contar o número de visitas; projeções em 3D; *download* de áudio-guias através de *QR codes* ou sistemas de iluminação que se podem regular, permitindo a criação de diferentes cenários ou ambientes, de forma a orientar o olhar do visitante para os elementos em destaque.

Histórias de sucesso

Aconteceram progressos inimagináveis há alguns anos que são hoje uma realidade e que já serviram para monitorizar e conectar em rede uma centena de edifícios patrimoniais. Desta forma, hoje, o MHS está presente em lugares emblemáticos como a Catedral de Palencia, as muralhas de Ávila ou a igreja românica de São Pedro, na localidade portuguesa de Roriz. Os casos de monitorização levados a cabo até agora demonstram o salto qualitativo que o MHS representa em matéria da conservação do património ao antecipar os danos e propor uma manutenção preventiva menos intervencionista, com medidas mais inovadoras, cuidadas e eficientes.

* Responsável de comunicação na Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico

os cartapácios do fundo musical da biblioteca geral da universidade de coimbra: pretexto para uma releitura científica e patrimonial

PAULO ESTUDANTE *

40

RL #43
CIÊNCIA REFLETIDA

Imagine-se uma cidade e a sua região imediatamente circundante onde se procura identificar as principais instituições e personagens na construção da atividade musical quotidiana, dia ferial ou festivo. Alimentados de leituras multidisciplinares pertencentes às áreas do urbanismo, da arquitetura, da história privada, da história económica, arquivística, entre outras, perceber onde viviam os diferentes músicos, que casa (ou casas) servia cada um deles, como e com que frequência prestavam serviços noutras casas, quais as práticas musicais de cada instituição, qual a biblioteca em que se apoiava cada um dos serviços, como eram alimentadas essas bibliotecas, como eram adquiridos esses livros, impressos ou manuscritos, quais os livreiros da cidade suscetíveis de terem interagido na compra e venda dessas fontes, quais os *scriptoria* da cidade capazes de produzir manuscritos musicais, com obras locais ou importadas, quais os artesãos da cidade capazes de construir e/ou vender instrumentos, etc. A reconstrução detalhada de todo este tecido musical urbano é seguramente um dos desafios científicos mais estimulantes da musicologia histórica.

A tarefa é tão ou mais interessante se o nosso objeto de estudo for um centro urbano como o de Coimbra, com o destaque político, intelectual e artístico que teve durante os séculos XVI e XVII, onde pontificaram, entre outras, instituições como a sua Catedral, o Mosteiro de Santa Cruz ou a Universidade. Podemos definir assim a meta, necessariamente de longo prazo, do projeto científico *Mundos e Fundos*. *Mundos Metodológico e Interpretativo dos Fundos Musicais* (www.mundosefundos.org), acolhido no Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, e articulado com o curso de Estudos Artísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (UC).



Imagem 1 – Braun, George, 1541-1622, *Illustris civitatis Conimbriae in Lusitania* [...].

Não poderíamos ter melhor ponto de partida do que o fundo musical conservado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC). Em grande parte enriquecido após a extinção das ordens religiosas (1834), o espólio musical da BGUC é hoje, apesar das muitas vicissitudes sofridas, um excelente testemunho das práticas musicais da cidade até praticamente aos nossos dias. Com manuscritos e impressos, desde o séc. XII até ao XX, na sua maioria provenientes das instituições eclesiásticas de Coimbra, os maiores tesouros parecem ter sido confeccionados ou adquiridos pela casa-mãe da Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, o Mosteiro de Santa Cruz. Apesar das muitas perdas de que pouco a pouco vamos tendo conhecimento e consciência, o fundo musical proveniente desta casa monástica é suficientemente consequente e dilatado no tempo para que tenhamos, à medida que a investigação avança, uma ideia cada vez mais definida das práticas musicais verdadeiramente excecionais desta casa ao longo dos séculos XVI, XVII e porventura XVIII.

Ora, o projeto *Mundos e Fundos*, assente nas suas três vertentes: *investigação* (com a acumulação consequente de dissertações de mestrado e doutoramento sobre fontes musicais conservadas na BGUC), *publicação* (destaque-se a Série *Mundos e Fundos* da Imprensa da UC), e *divulgação* (destaque-se o *ensemble* permanente da UC 2014-15, nado no seio do projeto, a *Capella Sanctae Crucis*, www.capella-sanctaecrucis.com), tem procurado aprofundar o nosso conhecimento do fundo musical, desde a sua inventariação, edição crítica, contextualização histórica até à respetiva interpretação.

Um dos contingentes mais interessantes (e, paradoxalmente, dos menos estudados) do fundo musical da BGUC merece particular atenção. Trata-se de um conjunto de 16 códices manuscritos, de meados do século XVII, auto-intitulados de *cartapácios*. Homogêneos quanto ao aspeto físico (dimensões, encadernações em pergaminho, caligrafias presentes), os *cartapácios* são extremamente heterogêneos no seu conteúdo. Encontramos, para além de pequenos extratos de obra(s) teórica(s) em português, pequenos exercícios de composição, peças instrumentais, tudo acompanhado, sobretudo, de peças vocais em latim e vernaculares. Têm ainda o interesse acrescido de se tratarem de manuscritos borradores, ou seja, manuscritos de trabalho onde encontramos debuxos de obras musicais em geral completas mas repletas de emendas, de sobreposições, frequentemente com mais do que uma obra notada no mesmo fólio para uma utilização maximizada do papel (ver Imagem 2).



Imagem 2 – MM 236, ff. 2v-3; ilustra a forma como a música está notada nestes manuscritos borradores. Note-se ainda a forte corrosão da tinta ferrogálica, um dos problemas que mais assola estas fontes. A UC está a procurar encontrar uma solução que assegure a longevidade dos manuscritos.

Língua de Preto

*A Minino tam bonito
tam bonito*

zuguambe

aregres turo pretyo

y zuguambe

De Angola y Santo Thome

zuguambe

mas q- bando de surunyo

y zuguambe

damo na sua pé bezio

y zuguambe

gulugu gulugué

coremo sartamo bolimo cos pé

q-aunq- saze tam piquinino,

grandes bem para noso tlaze

gulugu gulugué

coremo sartamo bolimo cos pé:

A minino tam bonito tam bonito

São estes manuscritos que conservam os famosos vilancicos de negro, poemas em *língua de preto* postos em música. Destinados à festa religiosa, em particular a da Natividade, os vilancicos de negro assentam na figura estereotipada do negro, presente no nosso teatro desde o fim do séc. XV (a par de muitas outras como o judeu, o galego, o cigano, o ratinho, etc.) e recorrem ao ‘dialecto’ *língua de preto*, como então era designado; um subgénero literário que nasce (e parece ter sido regularmente alimentado) da imitação da forma de falar português da comunidade negra em Portugal. *Sã qui turo zente pleta* (“Aqui somos todos gente preta”) é provavelmente o exemplo mais conhecido entre a vintena de vilancicos de negro conservados nos *cartapácios*. Devendo todos ser publicados e interpretados a breve trecho, aproveitamos para dar a conhecer aqui um outro, *zente pleto*, com um excerto da sua segunda parte, texto e interpretação



Ver imagem 3

<https://youtu.be/uO61FWtRurI?t=1m3s>

Português

Ah que menino tão bonito
Tão bonito!

Zuguambe

Alegres todos os pretos!

E zuguambe

De Angola e São Tomé

zuguambe

Mas que bando de estorninhos!

E zuguambe

Damos no seu pé um beijo!

E zuguambe

gulugu gulugué

Corremos, saltamos, bolimos com os pés!

Que apesar de ser tão pequenino

Grande bem nos traz!

gulugu gulugué

Corremos, saltamos, bolimos com os pés!

Ah que menino tão bonito
Tão bonito!



Imagem 3 – MM 227, f. 21, Resposta (segunda parte) do vilancico de negro *Zente pleto*.

Estes vilancicos são acompanhados de algumas ensaladas, um outro género literário-musical onde as diferentes ‘nações’ se encontram. Procurando o mesmo efeito cómico que encontramos nos vilancicos de negro, é frequente as ensaladas conterem diálogos onde cada personagem, sobretudo espanhóis e portugueses, reclamam para si a nacionalidade do Menino Jesus. A Imagem 4 apresenta o início de uma ensalada, *Al supremo Rey*, em castelhano, negro e ratinho (este último, igualmente um personagem vicentino, representaria os beirões). Aqui, cada um argumenta ser seu direito exclusivo louvar o nascimento do Senhor. É ainda interessante notar que neste texto, como em tantos outros presentes nos *cartapácios*, temos amiúde referências de carácter nacionalista onde é celebrado o facto de Portugal, agora sob o reinado de D. João IV, já não se encontrar sob o jugo espanhol.

Os *cartapácios*, muito provavelmente um produto dos frades do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, oferecem-nos ainda muita música litúrgica, seja vernacular (com uma aparente predominância do castelhano), seja em latim para as festas religiosas mais importantes, desde logo o Natal, mas também para a Epifania, a Páscoa, a Ascensão, Corpo de Deus e alguns Santos, nomeadamente Santo Agostinho e São Teotónio, duas figuras tutelares da comunidade crúzia.



(a título de breve ilustração de toda esta música, ouça-se o concerto ao vivo dado pela Capella Sanctae Crucis na Capela da UC, no passado dia 24 de outubro de 2014; inserido nos *Concertos Mundos e Fundos* e apoiado pela Reitoria da UC, o concerto foi essencialmente construído com música conservada nos *cartapácios*)



Imagem 4 – MM 233, f. 20; início de uma ensalada de Natal em castelhano, ratinho e negro.

Através das suas muitas rasuras, refazer de pequenas passagens, adições ornamentais, (re)ordenação das diferentes secções de uma mesma peça musical, os *cartapácios*, mesmo se de leitura difícil, oferecem-nos um acesso privilegiado à forma de pensar e de fazer do músico de então. Um manual de informação em constante atualização, à medida que aprofundamos cada detalhe. Um verdadeiro privilégio. E isto é tanto mais importante quando o século XVII corresponde a um dos momentos da nossa História da Música menos estudado. Este é um período em geral considerado como conservador, como um prolongamento definhado do século XVI, como o produto de um Portugal artisticamente asfxiado pela perda de independência e pela Contra-Reforma. Este conjunto de ideias feitas, assentes em muito pouco, chocam com a riqueza musical, composicional e performativa, das obras contidas nos *cartapácios*. Apesar do muito trabalho que ainda é necessário fazer para uma apreensão mais completa destes 16 códices manuscritos, o material aí contido vai seguramente obrigar a reescrever as páginas relativas ao nosso século XVII musical.

A circulação do repertório contido nos *cartapácios*, o aparecimento destes textos em obras musicais apresentadas noutros pontos do país, a possibilidade de partilha deste material com outras casas da congregação crúzia, as necessidades performativas deste material (o número de músicos, o tipo de instrumentos, etc.), a identificação dos espaços suscetíveis de terem acolhido aqueles vilancicos de negro ou ensaladas são questões ainda pendentes. As respostas ajudarão a completar o nosso puzzle inicial, o remontar do tecido musical da cidade de Coimbra. Esperemos que este pequeno texto, onde, note-se, se destaca apenas um pequeno contingente de 16 manuscritos, seja inequívoco sobre o valor estratégico absolutamente extraordinário do património musical da UC, seja na sua construção científica, seja artística.

* Professor auxiliar do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



Fernando Nogueira

"Se houver uma política correta de valorização do património, conseguiremos criar emprego."

MARTA POIARES

Conhecemo-lo de uma vida política da qual, hoje, perentoriamente se afasta, e encontramos-lo, desde 2012, enquanto Presidente da Fundação Millennium BCP, onde já havia exercido o cargo de Secretário-geral. É nesta instituição que Fernando Nogueira, outrora ministro e advogado, desenvolve uma ação mecénica concentrada, sobretudo, na área

cultural. Defendendo assertivamente a importância da divulgação e da preservação do património português, vê neste não só um ativo cultural, mas também um ativo do próprio país. Como lição fundamental a reter aponta a necessidade de educar para olhar com olhos de ver, sublinhando que é preciso conservar para existir e, claro, perdurar.



Quais as principais motivações por detrás da ação mecenática da Fundação Millennium BCP?

O Banco Millennium BCP foi criado há 30 anos e começou, de imediato, a ter atividade mecenática. A determinada altura, entendeu-se que a política de responsabilidade social devia ser autonomizada.

E assim se criou a Fundação?

Sim. Era uma maneira de separar bem o negócio – o mecenato do patrocínio. Nessa medida, a Fundação Millennium foi constituída como um instrumento que o banco dotava de recursos, mas que tinha autonomia – que, aliás, mantém – para o exercício da responsabilidade social em nome da marca do banco.

Enquanto presidente da Fundação, cargo que assume desde 2012, qual tem sido a estratégia que tem orientado as atenções da instituição?

A Fundação tem três eixos específicos de atuação: a cultura, a educação e a investigação, e a área social. A predominante é a cultura.

É o destino da maior fatia do orçamento?

É. Cerca de 50% é para a cultura, depois 30 a 35 para a educação e 15 para a área social. Dentro da cultura, um dos eixos fundamentais é o património.

E porquê o património como uma dessas linhas estratégicas fundamentais?

Porque faz sentido. No fundo, os bancos são fiéis depositários de património dos clientes – há aqui uma associação de ideias direta. Além disso, uma das características do desenvolvimento da atividade do próprio banco foi no sentido de preservar o património quando abria agências: tentar manter as traças originais, não destruindo edifícios históricos no centro das cidades. E há muitos exemplos espalhados pelo país fora em que, à custa de um investimento superior, o banco soube preservar a arquitetura local, e não desatou a fazer obras de grande impacto, procurando ter uma visão de respeito pela cultura local e pela comunidade.

Portanto, há uma preocupação de preservação patrimonial.

De preservação, de manter a qualidade, de o tornar disponível, para que as pessoas possam usufruir e tenham capacidade de ver as nossas memórias coletivas, sendo que adequadas à vida moderna.

E que atividades desenvolvem nesse sentido?

Bem, para além da gestão do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC), apoiamos museus nacionais. Em 2014, por exemplo, tivemos ações em

12 museus, alguns dos quais classificados como museus nacionais. Procuramos sempre ter uma presença bem diversificada no espaço territorial, não nos concentrando apenas em Lisboa. Apoiamos, também, a agenda cultural dos museus e a publicação de catálogos, ou seja, ajudamos à divulgação de património e ao aprofundamento do conhecimento.

Dentro do património apoiam, também, as ações de restauro.

Apoiamos, de forma significativa, a conservação do património, seja património imóvel, seja património móvel. Também em 2014, tivemos 12 ações de restauro, o que é já um número muito significativo. Colaborámos, por exemplo, no restauro do átrio principal do Museu Nacional de Arte Antiga; demos um contributo importante para a recuperação, no Museu de Arqueologia, de tesouros nacionais de ourivesaria; somos o mecenas exclusivo de uma operação que está a decorrer para garantir facilidade de circulação nas muralhas no Castelo de Guimarães; o restauro da Sala de Deus Oceano, no Museu de Faro... E muitos outros.

Há uma preocupação em apoiar as entidades que, de certa forma, divulgam o ADN português, que marcam uma identidade cultural?

Absolutamente. A nossa preocupação é valorizar o património cultural português. E temos a preocupação, também, de nos associarmos a entidades com credibilidade, com trabalho feito, e que têm a seu cargo peças fundamentais e caracterizadoras daquilo que é a cultura portuguesa.

É importante conservar para existir?

Sem dúvida. O património, para além de ser um ativo cultural, é um ativo do país – tem que ser conservado para ser rentável. Se é destruído, deixa de ter a utilidade e a finalidade social para que foi constituído.

Para além de restauro, aquisições de obra de arte e mesmo projetos na área da arquitetura, a Fundação tem uma vertente educativa. É preciso ensinar o património?

Em 2014, posso dizer que levámos a cabo nove exposições: pintura, design, fotografia, arqueologia. A entrada é gratuita e montamos sempre serviços educativos. Portanto, há visitas guiadas e há trabalho em ateliês com o público infantojuvenil, de forma a que algo fique depois de a exposição terminar. Se as exposições não transmitirem conhecimento, o enriquecimento não diria eu, estético e conjuntural. Foi efêmero. Se transmitir algum conhecimento, ele perdura no tempo, e ajudamos as pessoas a interpretar melhor.

E a valorizar mais?

Exatamente. Olhar com olhos de ver, não é o que se diz? Não basta olhar. Mas para isso as pessoas têm de ser ajudadas. E quando falamos em serviços educativos, claro que uma das principais preocupações é o público mais jovem, mas todos podem beneficiar dessas atividades. São sementes que se lançam. E o fruto há de frutificar, não é?

E como surge, neste contexto, o apoio à Feira do Património?

Apoiamos a Feira do Património, desde 2013. Nesse mesmo ano, surgiu uma empresa de atividades culturais, a Spira, constituída por gente muito jovem, dinâmica, e com conhecimento muito profundo e grande entusiasmo, com a ideia de promover uma feira de património. E nós achámos que era uma ideia interessantíssima. Acreditámos nessa empresa e levamos a cabo um evento que, do meu ponto de vista, pode ter grande influência no apego que todos os portugueses devem ter em relação ao património.

A Feira é um evento aberto a toda a comunidade?

Sempre.

Serve para os profissionais pararem e avaliarem?

Claro. E divulgarem o que fazem. A Feira de Património, no fundo, é um evento que agrega a cultura, o turismo e a economia.

São áreas que estão sempre ligadas?

Sempre. A Feira visa promover o património cultural nacional de forma a, através dele, gerar valor para a economia e para a sociedade. Portugal é, dos países da União Europeia, aquele em que se gera menos emprego por conta da exploração do património cultural. E nós podemos mudar isso. Num país onde há tanta carência de emprego, se houver uma política correta de valorização do património, conseguiremos criar emprego. E não é um emprego qualquer. É um emprego que vai, sobretudo, beneficiar jovens. Além disso, o património, sobretudo o construído, está um pouco espalhado por todo o lado. Portanto, isto pode ser gerador de emprego mesmo nas regiões mais remotas do país.

Já levaram a Feira além fronteiras.

Sim, a partir da edição do ano passado, em Guimarães, apostámos, em conjunto com a Spira, na internacionalização da feira. Começaram a vir entidades, por exemplo, de Espanha, que se associam a nós e que mostram o que já fazem. Também premiamos os melhores *stands*, e levamo-los ao *Salon International du Patrimoine*

Culturel, em Paris, para que os melhores produtores culturais associados ao património possam divulgar o seu trabalho lá fora, e eventualmente, a prazo, possam ter encomendas e dar a conhecer o que estão a fazer. Para eles é uma oportunidade, não apenas de vender serviços, mas também de ver o que de melhor se faz, e tentarem, através disso, obter ideias.

A Feira do Património é itinerante também na sua origem. Porquê a escolha de Coimbra, em 2015?

A primeira feira, em 2013, foi no Museu de Arte Popular, em Lisboa, mas depois resolvemos fazer alguma itinerância. Começámos por Guimarães, porque tinha acabado de ser a Capital Europeia da Cultura, porque é o berço da nacionalidade, e porque é riquíssima em património. E, agora, Coimbra. Quando surgiu a candidatura de Coimbra para 2015 ficámos muito felizes, não apenas pelas minhas ligações pessoais à cidade, mas porque tem toda a propriedade – a Universidade de Coimbra, a Alta e a Sofia são Património Mundial da Humanidade e a Universidade comemora os seus 725 anos, este ano.

Fazia sentido, a conjuntura?

Fazia todo o sentido que a Feira do Património se realizasse em Coimbra. E mais: recebemos o apoio entusiástico das autoridades locais, desde a Direção Regional de Cultura do Centro, ao Turismo, à Câmara Municipal e à Reitoria. Entendemos que a responsabilidade da gestão cultural não pode caber só ao Governo central, até porque os recursos são limitados. Portanto, deve envolver as autarquias locais, as universidades, as empresas, os agentes culturais... E em Coimbra, acontece isso. Há uma feliz articulação de todas as entidades para que a feira possa ser um sucesso.

O tema desta edição da Feira é a internacionalização do património. É importante olhar para fora para fazer cá dentro?

É muito importante. E é importante que lá fora também se olhe cá para dentro. Vivemos, efetivamente, num mundo global, mas as sociedades precisam de fatores distintivos. Se formos todos iguais, perdemos um pouco a identidade. Ora, a cultura e o património são fundamentais para termos fatores identitários e distintivos. São o nosso contributo para a humanidade.

Para marcar a tal identidade de que falava.

Identidade, exato. Pertencemos ao mundo, mas temos uma tribo, e temos que mostrar o que é que a nossa tribo produziu no passado, no presente, e vai produzir no futuro, que é diferente dos outros. O nosso contributo para o bem comum.

Disse que a gestão cultural não pode caber só ao Governo central. Como vê a atual gestão pública do património?

Penso que, hoje, é impossível a qualquer poder público manter todo o património, sobretudo num país como o nosso, que tem uma diversidade espantosa. Temos de ser flexíveis, encontrar práticas que envolvam diversas entidades públicas, privadas, diversos setores do conhecimento. Cada vez mais isto tem de ser multidisciplinar. Tudo tem de ser feito com algum equilíbrio.

Pedro Passos Coelho sublinhou recentemente a necessidade de uma descentralização que desse mais poderes e mais competências aos municípios. Concorda?

Há 30 anos, as autarquias não investiam nada em cultura. Hoje, se calhar, no seu conjunto, já investem mais do que o Estado central. Tem de haver aqui alguma convergência de esforços, porque senão andamos a dispersar apoios e o resultado final é muito reduzido em relação ao valor investido. Portanto, se houver programas que captem a atenção e que façam convergir vontades e energias, a cultura passará a ser não apenas um valor económico, mas também um valor de coesão social.

Gestão pública e privada do Património têm, então, de andar de mãos dadas por um caminho comum? Ana Paula Amendoeira, Diretora Regional da Cultura do Alentejo, afirma ter “muitas dúvidas quanto à gestão privada do património”, acrescentando que, “tudo aquilo que a gestão privada pode fazer pelo património, o Estado também pode, só não o faz”.

Sim, claro. Há que ter cuidados, efetivamente. Não podemos privatizar todo o património. Está fora de questão.

Tem de haver uma maior fiscalização pública da gestão privada?

Sim, uma supervisão e uma definição das linhas políticas e de regras de utilização. Tem de haver ordem. Mas a verdade é que se não for assim, o Estado não tem capacidade para. Impossível. O Estado tem de fazer opções e os recursos não chegam para tudo.

Algumas vozes apontam o mecenato como sendo uma arma dissimulada de *marketing*.

Depende de quem o faz e de como o faz. É como em tudo na vida. Há o mecenato puro e duro e há o mecenato interesseiro. Não quer dizer que não haja entidades que fazem mecenato a pensar apenas no *marketing*. Mas a verdade é que também há exceções em sentido contrário, em que o mecenato é feito no exercício de uma verdadeira política de responsabilidade social. Isto é, uma empresa que está inserida num contexto, está no mercado, mas que quer dar algum retorno daquilo que ganhou à custa da sociedade envolvente à própria sociedade.

E pensa que tem de haver uma revisão da lógica do financiamento público?

Acho que temos de pensar nos modelos de gestão dos recursos patrimoniais da cultura que existem e perceber para onde temos de seguir, vendo o que se adapta a nós. Vejamos o exemplo dos Parques de Sintra – Monte da Lua: antes da constituição desta sociedade anónima de capitais públicos, todos aqueles espaços estavam insolventes. A verdade é que uma política concertada, de boa gestão, de alindamento dos espaços, de recuperação, de motivação e divulgação, tornou o que era um peso para o Estado em algo que passou a ter receitas. Receitas consideráveis. Chegam ao fim do ano com *superavit*, depois de terem feito os investimentos com o dinheiro que receberam da bilhética. Agora, isto só foi possível porque a administração tinha uma visão. Mas nem todos os agentes culturais têm aptidão para uma boa gestão.

É essencial que os responsáveis destas estruturas tenham noção da importância da dimensão económica e comercial que possibilite a sua sustentabilidade?

Acho que sim. Em todas as áreas. Na área social, por exemplo. Uma das ações que apoiamos é o curso de Gestão de Organizações Sociais (GOS), na Escola de Direção e Negócios (AESE). Em vez de pegarmos em 40 instituições e darmos dois mil euros a cada uma, financiamos esse curso a pessoas qualificadas dessas instituições. São extremamente generosas, muito dadas aos outros, cheias de altruísmo e de preocupações sociais, mas que por vezes não têm a *skill*. Portanto, aquele dinheiro tem um efeito multiplicador muito superior. Aquelas pessoas saem mais preparadas para gerir do que quando entraram. Isso não quer dizer que fossem maus profissionais e que não tivessem vocação para trabalhar na área. São pessoas exemplares. Mas é preciso preparação. Não basta a generosidade.

Essa gestão é essencial para a sustentabilidade...

... de tudo. Das instituições. Na cultura é um pouco a mesma coisa. Pode haver diretores de espaços culturais que sejam uma sumidade nos conhecimentos, no amor àquilo que fazem, na preservação do património que lhes está confiado, mas podem não ter sensibilidade para gerir e para angariar receitas. Ora, nos tempos que correm, é absolutamente imprescindível fazer contas à vida. Até para que os bens patrimoniais não fiquem à sorte do acaso. Em momentos de grave crise financeira, como infelizmente já não é a primeira vez que acontece, não há dinheiro para nada e, portanto, acaba por se estragar o património. Acabamos por não desenvolver de uma forma continuada e sistemática a boa preservação do património. Porque, se não há dinheiro, então não se faz, não é? E não se inventa o dinheiro. Temos de ser

capazes de mobilizar agentes económicos que possam intervir, de acordo com as regras estabelecidas, e que ajudem ao aumento das receitas, de modo a tornar sustentável e dar continuidade às necessidades financeiras permanentes da instituição.

Acha que a opinião pública ainda se divide muito em relação à importância do património? Ou seja, ainda não é uma prioridade?

Acho que tem havido uma evolução positiva.

António Filipe Pimentel, Diretor do Museu de Arte Antiga, destacou mesmo uma ausência de consciência coletiva sobre a preservação do património, algo que, na sua opinião, deve ser ultrapassado.

Acho que isso está a mudar, só que as mudanças culturais são lentas. Por exemplo, eu estive sete anos fora. Quando voltei, fiz este exercício para mim: o que é que tu achas de mais diferente no país? O que é que te impressiona? E cheguei à conclusão que era a agenda cultural do país.

Que é fortíssima.

Fortíssima, e disseminada por todo o espaço. Não tenho melhor indicador do que este para perceber que algo está a mudar. E muito. As pessoas estão mais sensíveis. E as próprias câmaras municipais, hoje, alocam muito mais recursos à cultura do que alocavam antes. Porque, satisfeitas as necessidades básicas...

Esse é o passo que se segue.

É o que vem a seguir. Se calhar também não se podia apostar logo na cultura, pois se não havia saneamento, não havia eletricidade, não havia vias de circulação, não havia o que ou a quem mostrar, não é? Acredito que cada vez mais o interesse da população pela atividade cultural será maior e maior.

Acha que a reabilitação do património tem de estar obrigatoriamente ligada ao turismo, numa perspetiva de utilidade?

Não. É um *plus* se estiver, mas se não estiver... não tem de estar. Por exemplo, a recuperação das telas de arte sacra da Sé do Funchal, do Museu de Arte Sacra do Funchal, foram objeto de uma exposição, mas depois

lá ficaram. E não é porque os turistas lá vão. É preciso preservar mesmo, não é?

É preservar História.

Senão, destrói-se. Senão, perde-se. Temos de preservar a memória daquilo que recebemos.

Portugal vai ter acesso a um novo quadro comunitário até 2020, com algumas verbas com destino à reabilitação do património. Quais acha que deveriam ser as prioridades, neste momento?

É difícil destacar, porque todo o património tem o seu valor. Há pessoas que gostam mais de umas coisas, outros de outras....

É como escolher um filho.

Exatamente. Custa-me muito excluir. Gosto das coisas. Não posso dizer que gosto de tudo, mas acho que tudo tem o seu lugar.

Como é que vê o caso específico da Universidade de Coimbra, da Alta e da Sofia serem Património Mundial da UNESCO?

É uma mais-valia que pode ser utilizada por Coimbra. O que é preciso é uma boa divulgação no exterior. Quanto mais conhecido for, mais difícil é depois deixar estragar.

Esta candidatura tem, efetivamente, efeitos visíveis?

Tem. Absolutamente. Não apenas em termos da opinião pública nacional, mas também internacional. Há roteiros turísticos. Quando um finlandês vem a Portugal, se calhar a primeira coisa que procura é ver o que é que em Portugal é Património Mundial. E lá irá ter. É uma arma poderosa de divulgação, mas também de preservação.

“O mar foi ontem o que o património pode ser hoje, basta vencer alguns Adamastores”, diz Mia Couto. Que Adamastores é que falta vencer?

Transformação cultural. É fazer compreender e conquistar as pessoas para a completude que podemos obter através da cultura e do património. Educarmo-nos todos para não olhar apenas – ver. Ver. Os pés apressados não podem desviar os olhos de coisas bonitas que estão à nossa volta e a que podemos dar mais valor.





q u e m

MARTA POIARES

d e s e n h a

q u e r L U Í S B O N E T

r e c o r d a r

Mala na mão e caneta ao peito, como quem guarda a vida que vai passando e reescreve um futuro que está sempre por acontecer – assim (re)conhecemos Luís Bonet não muito longe do sítio onde *creceu* em Coimbra, o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (MCUC).

Há 62 anos, nasceu em Nampula, Moçambique, mas era ainda criança quando veio viver para Tomar, Portugal. O primeiro ciclo do Liceu foi concluído no Colégio Militar, onde, confessa, o caminho não foi o mais fácil: “Estraguei a minha vida aí. Reconheço que o ensino era espetacular, mas era muita tropa. Era tropa de mais.” Na altura da recruta militar, regressou temporariamente a Moçambique. Passou por Cahora Bassa, onde quis trabalhar como desenhador, mas acabou por não conseguir. Estava sempre a desenhar – para ele, para os outros, para *fora* e para *dentro*: “Sempre gostei. Um senhor que conheci no Limpopo pediu-me para ilustrar um livro de poemas religiosos, escritos pela mãe. Foram as minhas primeiras ilustrações. Ainda o guardo.”

Em 1975, decidi regressar a Tomar. O trabalho de escriturário que desenvolvia em terras africanas afastava-o da aventura que a vontade lhe fazia chegar: “Para mim,

a quietude sempre foi um horror. Não gosto de estar fechado.” Quis a coincidência que a pessoa que lhe havia pedido as primeiras ilustrações fosse genro de Mário Silva, na altura Presidente da Comissão de Planeamento do Museu Nacional da Ciência e da Técnica (atual MCUC), que precisava de um desenhador para um projeto fora de todas as caixas: “A ideia era dividir um mapa, pô-lo em esquadria, e mandar uma equipa com um fotógrafo, um desenhador e um investigador para explorar o espólio distribuído – e desconhecido – por algumas zonas. O objetivo era inventariar coisas que estavam perdidas.” O projeto não ficou, mas Luís Bonet nunca mais dali saiu.

Entrou no Museu da Ciência, oficialmente, a 1 de maio de 1976, para a novíssima secção de Ecologia e Meio Ambiente, a convite do então secretário do MCUC, Carlos Gil Nobre. Ali fez os primeiros desenhos para o Museu. Através dos traços, encontrava o realismo das coisas – descobria-lhes os enredos e esboçava-lhes as curvas, sobretudo aquelas que nem a fotografia conseguia revelar: “Lembro-me de, num congresso sobre João Jacinto Magalhães, haver uma inscrição cujo grafismo nunca ninguém conseguiu fotografar. Tive de ser



eu a desenhar. O desenho acaba por mostrar aquilo que a fotografia muitas vezes não consegue. E consegue ser altamente real.”

Acabou por tirar o curso de Desenhador de Construção Civil, em Coimbra, através da Fundação Luiz Vaz de Camões (Instituto de Aperfeiçoamento Profissional Acelerado). Desenhou instrumentos científicos, mapas, máquinas, gráficos, legendas, painéis, cartazes e ilustrações. Fez maquetes, estudos de ocupação de espaços para exposições e coordenou montagens e desmontagens de inúmeras delas, com as quais muitas vezes viajou. Desenhou para (quase) toda a Universidade de Coimbra, sendo sempre muitos num só. Na mala preta que carrega, sempre, na mão, leva alguns exemplos do que lhe passou pelos dedos – trabalhos de identidade gráfica, publicidade, capas de revistas, diplomas e até caricaturas: “Tudo à minha maneira, claro”. Mudou-se ao sabor da itinerância do MCUC na cidade de Coimbra, tendo ficado sempre de olho no transporte do espólio. Com a responsabilidade veio a prioridade: “Só faltava cá dormir. A minha família queixava-se muito. A importância do espólio, a relevância que tem e a maneira como é cuidado, foi algo que rumou a minha vida. Tinha medo que se perdesse. Como tenho, ainda hoje”.

Na altura, quis fazer – sozinho – o inventário. Descobriu tesouros que mais ninguém conhece e milhares de histórias passaram-lhe pelos olhos. Da proximidade foi colhendo o outro lado dos objetos, guardando episódios que mais ninguém adivinha. Sabe, por exemplo, que uma pianola de papel perfurado usada nas primeiras emissões de rádio em Portugal chegou a estar a bordo de um navio, pronta para atravessar o Atlântico, mas que foi impedida a tempo e recambiada para a Universidade; guarda uma carta de Mário Silva a reclamar a atenção para a existência negligenciada da pia de pedra utilizada no fabrico da pólvora aquando das invasões francesas, e que se encontra, hoje, no átrio de entrada do Museu da Ciência; testemunhou, de forma privilegiada, a execução do retrato do antigo reitor Cotela Neiva, pela pintora Maluda, no seu próprio gabinete.

Muitos objetos passeiam-lhe na lembrança e, orgulhosamente, na voz: “Temos material muito importante, na

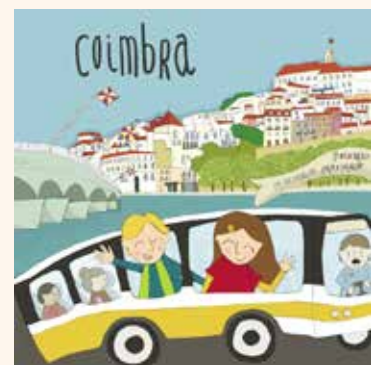
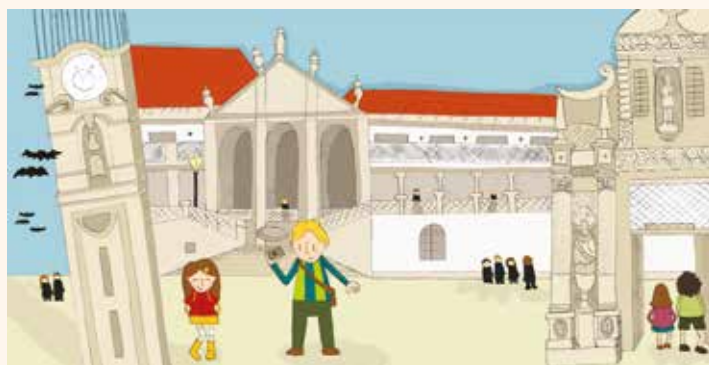
Universidade. Raríssimo. E longe dos olhos de todos, infelizmente.” Os exemplos não lhe cabem na memória: dos típicos cartazes de Salazar aos carros do Estado Novo, tudo ali permanece: “O Fiat do Silva Pais da PIDE, o Rolls-Royce do Ministro do Turismo... As pessoas nem imaginam”. Alguns, guardam autênticos momentos da História: um dos primeiros ecógrafos que veio para Portugal, as primeiras radiografias feitas no país, a máquina que imprimiu a revista portuguesa de banda desenhada “O Mosquito”, ou discos de Chaby Pinheiro: a diversidade e a imensidão não tem fim à vista.

Luís Bonet não se vê como *pai* deste espólio, mas está muito próximo de ser seu guardião: as visitas aos três gabinetes onde (ainda) guarda estas coisas não cessam. E a preocupação com a sua conservação também não: “Se não cuidarmos deste património, é como estarmos a ajudar a apagar a História. Por agora, ainda estamos próximos dela, mas daqui a uns anos não. Estas coisas vão-se desmembrar: algumas vão ser deitadas fora, outras vão para outros museus.” O apelo é convicto: “Salvem aquilo que tem de ser salvo.”

Alguns anos depois de começar a desenhar este património, Luís Bonet sentiu-se a ficar para trás. A técnica evoluiu, as empresas de design entraram em cena e, ainda que o traço humano seja sempre diferente, desenhar tornou-se obsoleto. A evolução passou, assim, pela fotografia: “Um desenhador acaba por passar para a fotografia. Comecei porque era necessário. Para saber o que existia e para preservar na lembrança o que ia ser *abatido*.” Ainda que amador, Bonet começou a fazer o registo fotográfico do espólio museológico, das atividades e eventos do MCUC, e a organizar, digitalmente, todo o passado da instituição. A necessidade chegou mesmo à obsessão: “A fotografia já era um bocado obsessiva, ultimamente. Aposentado desde agosto de 2014, continua a colaborar na deslocação, ordenação e arrumo do material e da documentação antiga, a fim de facilitar a inventariação do espólio. Olha-o com olhos de futuro e de herança: “É importante deixar tudo organizado para quem vier a seguir. Tem de se perceber que olhar para trás é uma forma de construir um futuro. Só assim se aprende.”



a brincar se aprende o património



INÉS MONTALVÃO PRAZERES *

Estamos em Coimbra e, na vetusta Lusa Atenas, a Universidade de Coimbra, Alta e a Rua da Sofia são, há quase dois anos, Património Mundial da Humanidade da UNESCO. Todavia, os vossos mais pequenos sabem disso? Será que conhecem *comme il faut* os lugares ímpares da cidade, que tanto inspirou poetas, músicos e escritores?

Esta é uma dúvida persistente dos mais graúdos face aos mais pequenos aquando da visita a lugares carregados de história: como lhes explicamos nós o que é ser património? Como lhes dizemos que há cidades ou sítios, praças e ruas, monumentos ou música, que são peças fundamentais e imensuráveis da nossa história, da nossa identidade?

Sim, foi desta dúvida que nasceu uma vontade, que se traçou um objetivo, que se concretizou um livro. E assim, que tal esquecermos, por uns momentos, o trabalho e os TPCs e rumarmos a um passeio?

Com a ajuda do livro “Coimbra” tiramos umas horas e partimos para a (re)descoberta de 12 momentos ímpares de uma cidade singular, com a ajuda de Pedro e Inês, personagens naturais de um livro que nos guia por Coimbra-património.

Com eles, e mais duas pequenas curiosas – a Madalena e a Margarida – que adoram o livro, descobrimos inúmeras curiosidades sobre uma cidade de longa história. O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (UC), a Torre da Universidade, o Museu Nacional Machado de Castro, o Quebra-Costas ou a Baixa são alguns desses lugares mágicos.

O percurso pode ser feito em dois dias intensos e divertidos, mas claro que o tempo, quem o comanda, são eles. Vejam bem: a Madalena e a Margarida, agora, já sabem que há morcegos na Biblioteca Joanina e, claro, até sabem o porquê (ou não fossem eles fiéis guardadores de preciosos livros)! Não têm dúvidas de que,

na Universidade, em tempos idos, viveram Reis e Rainhas e toda uma Corte, e que hoje é casa do saber e do conhecimento, sendo uma das universidades mais antigas da Europa. Sim. Foi impossível conter as risadas das duas quando descobriram que o sino da Torre da Universidade se chama: Cabra!

E digam-nos, haverá melhor labirinto que o do Criptopórtico no Museu Nacional Machado de Castro? Foi a diversão pura calcorrear aquele labirinto com a Madalena e a Margarida – só visto e vivido. À medida que descemos pelo Quebra-Costas, o Fado de Coimbra – que já conhecem, certamente – ganha novo encanto, dimensão e magia quando é ouvido numa das antigas portas da cidade muralhada, o Arco de Almedina.

Não. Não vos vamos descrever aqui, nesta nota, a emoção de visitar os 12 momentos com a companhia do público-alvo. Cabe a vós (re)descobrirem estes e os restantes; mas é assim, em tom de brincadeira, que os mais pequenos vão aprendendo mais sobre Coimbra e o seu Património Mundial da Humanidade da UNESCO – Universidade de Coimbra, Alta e Sofia.

Após a leitura do livro e a vivência do mesmo, *in situ*, ficam a entender a importância que pode ter uma cidade, com uma carga histórica única para o país e para o mundo. Em poucas horas, passeamos por uma Coimbra com séculos de história, viajamos no tempo até uma época em que era reconhecida pelo seu nome romano – *Aeminium* – e descobrimos os recantos mágicos desta cidade.

É por aqui! É por aqui que as crianças começam a conhecer as nossas cidades, o nosso património. A brincar se aprende.

* Autora do livro infantojuvenil “Coimbra” (Edição de autor, 2014)



até quando
vamos
caber
todos
aqui?

PEDRO SANTO *

Bom, vamos lá ver, o primeiro alerta minimamente documentado chegara numa década tardia dum século que agora, de cabeça, não consigo precisar. Mas foi no Congresso de Medicina Ambiental (de ora em diante, C.M.A, se me voltar a referir ao evento) duma cidade japonesa, disse tenho a certeza. Sei que não foi em Tóquio, mas fazia lembrar, daí que vá aqui arriscar em Toki ou Tokai. Pois bem, logo numa das suas primeiras edições, um investigador finlandês ou arraçado disso, qualquer-coisa-Kottila de seu nome, apresentou uma comunicação com o autoexplicativo título de “Até quando vamos caber todos aqui?” (a tradução é minha, e literal, a partir do inglês essencialmente tosco do autor). Aí, e durante quinze minutos, foram avançados números, assinaladas tendências e projetados uns gráficos (todos da tipologia queijo) que, se levados a sério, apontavam para o espectro de, não tarda muito, deixar de haver espaço para todos nós e para todas as nossas coisas.

Naturalmente, e por várias ordens de razão, a tese não se mostrou capaz de amañhar grandes apoios. A apresentação, concedo, terá tido a sua dose de culpa, que qualquer-coisa-Kottila nunca primou pela oralidade, pelo domínio do inglês ou até pela cromática, recorrendo, por exemplo, e se puder apontar apenas um problema a este nível, a meras variações de cinzento nos seus gráficos-queijo. Ainda assim, se não houve vivalma a fazer grande caso dos avisos do finlandês, aponte-se sobretudo o dedo à organização do próprio Congresso de Medicina Ambiental de Toki ou Tokai, que acabou por nunca chegar sequer perto de se consolidar no seio da comunidade científica. Aquilo até teve alguma projeção internacional, nas primeiras edições, mas apenas por ter bar aberto, e acabou ao fim de sete, com as últimas três a terem lugar em casa do Sr. Usami, um autoproclamado cientista nunca reconhecido pela classe – nem sequer pelas finanças, creio.

A verdade é que, soubemo-lo mais tarde, o Dr. qualquer-coisa-Kottila estava certo e, como sói acontecer com as pessoas que têm razão e se veem olímpicamente ignoradas pelos seus pares, acabou por entrar numa espiral de

decisões social e legalmente condenáveis. Poucos anos depois da comunicação em Toki ou Tokai, o cientista era preso em Dresden, acusado de lenocínio, peculato, branqueamento de capitais e fogo posto. E, enfim, lá se foram passando os anos, muitos, seguramente mais de trezentos, trezentos e tal, até que, depois de mais não sei quantas gerações a juntar pessoas e tralha, a par da galopante tendência dos oceanos, esses sacanas, para comerem areia e depois terra, os gestores do mundo tiveram de intervir a sério. Num primeiro momento, instituíram-se umas leis para controlo da tralha que as pessoas poderiam ter. E foi um saltinho até se chegar aos polémicos planos quinquenais de diminuição global do tamanho das casas em 70%. Tinha de ser, diziam os burocratas, em conferências de imprensa também elas cada vez mais curtas, “senão não cabemos”. Num ápice, os países com menos espaço – fosse por serem mais pequenos, terem mais pessoas, mais tralha ou uma babelasca junção de todos estes fatores – começaram a vender coisas a países que ainda iam tendo algum de sobra. O caso mais badalado, e não apenas por ter sido o primeiro, foi o da Grécia, que vendeu o Pártenon à China e, com o dinheiro, mandou fazer um mais pequeno. Curiosamente, pelo mesmo preço. A economia de espaço ditava leis e nada mais importava.

Só para que tenham uma ideia, quando, sob presidência do montevideano Ignacio Cardacio, a Confederação de Estados Hispânicos da Antiga América do Sul (o superestado criado no final do século XXI) estava a finalizar a aquisição do Estádio do Maracanã ao Brasil, os monumentos mais emblemáticos do planeta tinham, em média, sofrido uma redução de aproximadamente 85% no tamanho que os celebrizara. E tudo isto foi sendo processado de forma relativamente pacífica. Não só porque a ladainha oficial do “é-a-tralha-ou-a-humanidade” era repetida até à náusea, mas também porque não iam sobrando grandes espaços públicos para manifestações – as praças e avenidas foram, muito naturalmente, dos primeiros equipamentos a sofrer reformas, que, na prática, e sem exceção, rapidamente se assumiram como processos graduais de extinção.

Reformulados o património e paradigma arquitetónicos, logo se encontraram outras áreas carentes de reestruturação, sempre debaixo da bandeira da libertação de espaço para todos coubéssemos nesta terra que é nossa. Mais nossa do que das coisas, pelo menos. A nível alimentar, recordar-se-ão, foram sendo descontinuados diversos produtos, muito deles sem que ninguém reparasse, como os pistácios, as pipocas, a fava frita ou o salame – o enchido muito antes do doce, por incrível que pareça. No vestuário, mandou-se às malvas a diversidade e instituiu-se apressadamente um uniforme mundial (o baby-grow em feltro, numa cor parda), o que, significando o fim de milhões de fábricas, lojas e afins, permitiu a conquista de bastante espaço. Em boa verdade, as medidas lá iam funcionando e estávamos a conseguir caber. Nasciam cada vez mais pessoas, tudo bem, a vida é sempre uma celebração, mas a altura média até era a mais baixa em oito séculos e, como se sabe, pessoas mais pequenas ocupam menos espaço. Faz sentido.

Só que, de balde todo este enorme esforço mundial, o espaço não colaborava e só parecia estar bem a rarear. Cada vez mais pessoas, cada vez menos planeta. Que mais se poderia fazer? Reforçar as medidas anteriores, claro está. Encontrar-lhes novos extremos e levar-nos logo até lá, em passo de corrida. Já agora, há pouco, quando falava nas leis de reestruturação de monumentos, ter-me-ei esquecido de como foram afetadas as outras artes para além da arquitetura. Os escultores foram dos primeiros a quebrar. Duraram pouco ou nada. Quando O Pensador, do Rodin, passou a busto, porque a “ideia é a mesma” e “assim ocupa menos espaço”, já o documento que proibia a estatuária estava a ser finalizado. Outras resistiram um pouco mais, mas o desfecho foi igual para todas. Na letradura e manifestações próximas, os romancistas foram aconselhados, quase sempre através de chapadas e socos nos rins, a optar pelo formato mais curto, o conto, para depois serem novamente orientados, desta feita para a eleição da poesia enquanto formato preferencial. Ou, foi-se a ver, único. E, quanto mais minimal, melhor. Quanto aos poetas, esses, foram aconselhados a deixar de escrever, que os romancistas agora tratavam disso das poesias. Era hora de se deixarem estar quietinhos, mas é.

Foram-se extinguindo também muitas palavras, que eram compridas e ocupavam espaço ou sustentavam conceitos complicados ou não coerentes com a necessidade vigente de cabermos, a que se seguiu a extinção de quase todas as línguas, criando-se uma equivalente franca que lá fosse consentindo a comunicação mais básica. Também tínhamos começado a andar agachados, que isso de andar ereto era regalia de outros tempos, bem mais espaçosos. Finalmente, e decorrida pelo menos uma boa manchieia de séculos desde qualquer-coisa-Kotilla, estávamos a conseguir caber. Sem livros, cantigas, peças, filmes, quadros, estátuas, monumentos, bailes, jogos ou pratos do dia, entre milhentas outras coisas, mas, e sempre dentro das nossas possibilidades, a conseguir caber.

* Licenciado em Sociologia, e com frequência noutros dois cursos de empregabilidade discutível (Linguística e Tradução), Pedro Santo é cocriador da personagem Bruno Aleixo e de todo o universo que a circunda. Vai tendo relações mais ou menos duradouras com a produção de conteúdos para televisão, rádio e Internet, seja como autor, coapresentador ou mero narrador, tendo também assinado uns quantos contos para coletâneas dos mesmos.

A ‘GRILHETA DA PENA’ POR UM SEM-NÚMERO DE RAZÕES

Duas seduções e desafios básicos enfrenta a pessoa que, em dado momento, ocupa uma posição formal que antes de si fora já ocupada por quem se distinguiu no exercício das mesmas funções: a dúvida de saber se estará à altura do compromisso assumido, mas também a insidiosa tentação (nem sempre consciente ou até mesmo pressentida) de pensar que são agora mais fragorosas as pequenas conquistas que vai amalhando e, por outro lado, menos significativas as dificuldades que enfrentaram os seus antecessores. Em tempos de crise económica e de célere exposição mediática, mais pode acentuar-se a marcha descompassada desta parelha desigual de emoções. Também por este motivo o livro de Paulo Archer de Carvalho se revela tão fecundo e revelador, pois embora percorra, de forma penetrante e metódica, “a problemática teórica e prática da historiografia filosófica da cultura” (p. 7) da obra académica de Joaquim de Carvalho, nele pulsam ainda, a cada momento, as difíceis circunstâncias do homem que tivera de abandonar a direção da Biblioteca da Universidade (em 1931) e, alguns anos depois (em 1934), a administração da Imprensa da Universidade de Coimbra, cuja extinção foi claramente cruzada com o afastamento do seu responsável maior. Vale a pena evocar as palavras de Joaquim de Carvalho, em carta dirigida a Alfredo Pimenta, a 12 de julho de 1934: “Não lhe posso descrever a mágoa que senti quando abruptamente recebi a notícia. Senti que ruíam os melhores anos da minha vida e as mais queridas ilusões e devoções. Depois veio a calma.” (p. 391). E com essa calma, ainda que marcada pela ‘grilheta da pena’, se afirmou com discreta perseverança um dos maiores vultos intelectuais portugueses da primeira metade do séc. XX.

* Diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra

DELFIN LEÃO *



Título: *Proceedings of Maintenance Performance Measurement and Management (MPMM) Conference 2014*
Autores: José Torres Farinha e Diego Galar
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra / Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Departamento de Engenharia Mecânica
Coleção *E-book*
Coimbra 2014

Título: *90 anos de Ensino de Língua e Cultura Portuguesas para estrangeiros na Faculdade de Letras de Coimbra*
Coordenação: Graça Rio-Torto
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *Documentos*
Coimbra 2014

Título: *Advances in Forest Fire Research*
Autores: Domingos Xavier Viegas, Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ADAI) e Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais (CEIF)
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *E-book*
Coimbra 2014

Título: *Riscos: multidimensão e territórios de risco*
Autor: III Congresso Internacional, I Simpósio Ibero-americano e VIII Encontro Nacional de Riscos
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra / RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança
Coleção *E-book*
Coimbra 2014

Título: *África Nossa. O Império Colonial na Ficção Cinematográfica Portuguesa (1945-1974) – 2ª edição*
Autor: Jorge Seabra
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *Olhares*
Coimbra 2014

Título: *As três moedas (Trinummus)*
Autor: Plauto
Tradução do Latim, introdução e comentário: Reina Marisol Troca Pereira
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Autores Gregos e Latinos*
Coimbra 2014

Título: *A comédia do fantasma (Mostellaria)*
Autor: Plauto
Tradução do Latim, introdução e comentário: Reina Marisol Troca Pereira
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra / Annablume
Série *Autores Gregos e Latinos*
Coimbra 2014

Título: *Caracteres*
Autor: Teofrasto
Tradução do grego, introdução e comentário: Maria de Fátima Sousa e Silva
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra / Annablume
Série *Autores Gregos e Latinos*
Coimbra 2014

Título: *Plantas Medicinais: entre o passado e o presente – 2.ª edição*
Autores: Célia Cabral, João Rui Pita, Lúcia Salgueiro
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *Outros Títulos*
Coimbra 2014

Título: *Assim que passarem cinco anos*
Autor: Federico García Lorca
Tradução, apresentação e notas: Cláudio Castro Filho
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *Dramaturgo*
Coimbra 2014

Título: *Democracy and Media at Work: Portugal and Brazil*
Autores: Rita Figueiras, Paula Espírito Santo e Isabel Ferin Cunha
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *E-book*
Coimbra 2014

Título: *Violência e transgressão: uma trajetória da humanidade*
Coordenadores: Francisco de Oliveira, Maria de Fátima Silva, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra / Annablume
Série *Humanitas Supplementum*
Coimbra 2014

Título: *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo Vol.I*
Autor: André Carneiro
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Humanitas Supplementum*
Coimbra 2014

Título: *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo Vol.II (em CD)*
Autor: André Carneiro
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Humanitas Supplementum*
Coimbra 2014

Título: *No jardim há histórias sem fim (1ª e 2ª edição)*

Autores: Catarina Schreck Reis, Liliana Gonçalves, Carine Azevedo e Paulo Trincão

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Outros Títulos*
Coimbra 2014

Título: *Realidades e desafios na gestão dos riscos. Diálogo entre ciência e utilizadores*

Autores: Luciano Lourenço e Fantina Tedim

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra / Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais

Coleção *Documentos*
Coimbra 2014

Título: *Instituto de Coimbra: o percurso de uma academia*

Autor: Licínia Rodrigues Ferreira

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *Investigação*
Coimbra 2014

Título: *Humanismo e Ciência: antiguidade e renascimento*

Coordenadores: António Manuel Lopes Andrade, Carlos de Miguel Mora, João Manuel Nunes Torrão

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *IUC/Annablume*
Coimbra 2015

Título: *Direito Fiscal – 2.ª edição*

Autor: Suzana Tavares da Silva

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Ensino*
Coimbra 2015

Título: *Economia monetária financeira – 2ª edição*

Autor: José Soares da Fonseca

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Ensino*
Coimbra 2015

Título: *Uma conferência sobre Ética*

Autor: Ludwig Wittgenstein

Tradução, Nota Prévia, Posfácio e Notas: Leonel Lucas Azevedo; Mário Jorge de Carvalho

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Documentos*
Coimbra 2015

Título: *20 Anos de Jornalismo contra a indiferença*

Organizadores: Ana Teresa Peixinho, Carlos Camponez, Isabel Nobre Vargues, João José Figueira

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Outros Títulos*
Coimbra 2015

Título: *A Biblioteca Particular de Calvet de Magalhães*

Autor: Isabel Maria Freitas Valente

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Documentos*
Coimbra 2015

Título: *Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal*

Coordenadora: Maria Raquel Freire

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Investigação*
Coimbra 2015

Título: *Viagem à América*

Autores: João Paulo Cardielos e Eduardo Mota

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Outros Títulos*
Coimbra 2015

Título: *A Imprensa da Universidade e a consciência crítica*

Autor: Luís Reis Torgal

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Outros Títulos*
Coimbra 2015

Título: *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*

Autor: Walter Rossa

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Olhares*
Coimbra 2015

Título: *Cadernos de Psiquiatria Social e Cultural*

Autor: Manuel João Quartilho

Coautores: Helder Almeida, Isabel Fazenda, Isabel Gil, Linda Fernandes, Maria de Fátima Sousa, Nuno Carrilho, Rita Alcaire

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Ciências da Saúde*
Coimbra 2015

Título: *Hermenêutica Filosófica: metodologia e conteúdos*

Autor: Maria Luísa Portocarrero F. Silva

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Ensino*
Coimbra 2015

Título: *Gestão de projeto e contratação de empreitadas de obras – 2ª edição*

Autor: Telmo Dias Pereira

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Empreendedorismo e Gestão*
Coimbra 2015

Título: *Uma autobiografia da razão: a matriz filosófica da historiografia da cultura de Joaquim de Carvalho*

Autor: Paulo Archer de Carvalho

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Investigação*
Coimbra 2015

Título: *Plutarco entre mundos: visões de Esparta, Atenas e Roma*

Coordenadores: Pilar Gómez Cardó, Delfim F. Leão e Maria Aparecida de Oliveira Silva

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra / Annablume

Série *Humanitas Supplementum*
Coimbra 2015

Título: *O sábio e a imagem: estudos sobre Plutarco e a arte*

Coordenadores: Carlos Alcalde Martín e Luísa de Nazaré

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra / Annablume

Série *Humanitas Supplementum*
Coimbra 2015

Título: *Mamã, porque sou uma ave?*

Autores: Anne Marie Wells e Anabela Marisa Azul

Ilustrador: Bryan Williams

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Descobrir as Ciências*
Coimbra 2015

Título: *Pessoas de Livro.*

Estudos sobre a Personagem

Autor: Carlos Reis

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Investigação*
Coimbra 2015

Título: *O livro de ouro do Município de Cantanhede*

Coordenadores: Maria Alegria F.

Marques; Maria Paula M. Lourenço; Anete Costa Ferreira; Franquelim Neiva Soares e Paulo Alexandre Pereira

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Outros Títulos*
Coimbra 2015

67



Se em 1964 era apenas título de um livro publicado por Umberto Eco, desde então tornou-se uma expressão de uso corrente, uma espécie de oposição quase proverbial. Originalmente, o escritor propunha a divisão das reações perante a cultura de massas e as indústrias culturais nas duas categorias referidas: de um lado, os primeiros, que consideravam que a massificação da produção e consumo constituíam a perda da essência da criação artística; do outro, os que acreditavam estar-se perante enormes avanços civilizacionais, de uma efetiva e criadora democratização da cultura. A propósito da Feira do Património, pomos na mesa duas faces habituadas a colidir: deve a gestão do património ser pública ou privada? A solução surge linear ou cada caso veste um modelo à medida? Passará o consenso pelo cruzamento das duas gestões? O destino, sabemos, deve entender-se igual: a conservação de um património que se quer intacto na memória do futuro.

A Gestão Pública do Património

ROSÁRIO CORREIA MACHADO *

A atual discussão em torno da gestão do património, seja ela pública ou privada é, desde logo, um interessante desafio. Assume desde já, na sua significância, importantes reflexões, e um conjunto de aspetos variados que não se podem dissociar, mas o repto que me lançaram foi a abordagem da gestão pública do património. Como aspeto mais significativo importa referir que a atualidade desta discussão nos deve orgulhar a todos, significa que o caminho que está a ser percorrido resulta de um novo olhar para estas questões, seja ele um olhar diferenciado pelas suas múltiplas perspetivas, económicas, sociais, culturais, ou seja, coletivas. Destaco o papel de relevo que um conjunto de atores públicos e privados, nacionais e internacionais, têm assumido neste contexto global.

Como declaração de intenção, afirmo *a priori* que sou, na qualidade de Diretora da Rota do Românico, promovida por uma entidade de direito público supramunicipal, gestora pública de uma Rota ou, se assim o entenderem, um itinerário cultural público.

Existe, atualmente, um largo referencial documental [de destacar nesta matéria o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)] que consolida um conjunto de princípios válidos que devem orientar e balizar a nossa reflexão e, acima de tudo, a nossa atitude.

Citando a Carta Internacional adotada pelo ICOMOS na sua Assembleia Geral no México em 1999, “no seu sentido mais amplo, o Património Natural e Cultural pertence a todos os povos. Cada um de nós tem o direito e a responsabilidade de compreender, valorizar e conservar os seus valores universais”, começo, exatamente, aqui, a clarificar no que verdadeiramente acredito e por isso defendo. Ou seja, a direta relação entre a responsabilidade gestonária do Património. Se o Património pertence a todos os povos, o compromisso público fica desde logo claro, mas, cada um de nós (enquanto ser individual e

privado) tem a responsabilidade de compreender, valorizar e conservar os seus valores universais, ou seja, o compromisso entre o coletivo e o individual é fundamental.

Contudo, importa destacar a necessidade de uma forte reflexão entre a relação entre a administração pública e os privados, e entre as várias administrações públicas responsáveis pela gestão (ou não diretamente) do património e a sociedade enquanto utilizadora do mesmo Património. O caminho atualmente percorrido ao nível da gestão patrimonial tem cada vez mais vindo a destacar que tanto os modelos públicos como privados são mais bem sucedidos ou, inversamente, menos bem sucedidos, se assimilarem um conjunto de fatores externos a estes aspetos. Aspetos como o da missão agregadora, mas, fundamentalmente, o do investimento, são os grandes elementos de base. Destaque-se o caso da Rota do Românico, em que a necessidade de investimento e a sua missão de projetos de desenvolvimento regional, numa lógica de retorno a curto e médio prazo seria desde logo posta em causa num modelo privado. No entanto, a articulação com os privados foi considerada uma premissa inequívoca.

O modelo de gestão deve, acima de tudo, ter bem clara a noção de responsabilidades – se as responsabilidades trabalharem em parceria nas suas diferentes competências, a probabilidade de o modelo resultar é exponencialmente maior. O grande problema é quando a confusão de responsabilidades persiste.

Resumindo, o objetivo é proteger o património, tal como protegemos a paisagem ou as populações, não diferenciando cada um deles como uma parte, mas considerando-os como um todo, integrando, independentemente dos modelos, o mais adequado às diferentes realidades. O modelo importa, mas a conservação e a formação para manter a sua identidade deve ser o grande fim, pelo que os meios devem sempre ter esse objetivo claro.

* Diretora da Rota do Românico

CULTURESPACES: EMPRESA PRIVADA NO SETOR DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E DOS MUSEUS EM FRANÇA

MICHAEL COUZIGOU *

A Culturespaces gere monumentos e museus em França há 25 anos no quadro dos contratos de delegação de serviço público. Este tipo de contrato permite às entidades públicas e organizações confiar, sob seu controle, a gestão e o desenvolvimento do seu património cultural a um agente privado.

O contrato de Delegação de Serviço Público (D.S.P.), tal como o entendemos em França, não significa uma “privatização» do Património: trata-se antes de uma parceria público-privada que permite às entidades fazer a devida gestão do seu orçamento de funcionamento, delegando a totalidade ou parte da sua gestão a um profissional externo. A gestão através da iniciativa privada é feita por conta e risco desta entidade e sem recurso a subsídios. A taxa paga à tutela pública garante:

Uma taxa fixa no mínimo igual ao valor de income antes da delegação da gestão;

Uma taxa variável calculada sobre uma percentagem do volume de negócios: quanto maior for o volume de negócios, maior será igualmente a taxa variável;

Um fundo para obras: em alguns locais, o cumprimento do restauro do edificado pode exigir trabalhos ao longo do ano. Além disso, pode estar prevista a existência de um fundo para a realização de obras, sendo o montante deste fundo deduzido do volume de negócios do monumento.

Quais são as vantagens de delegar a gestão do património cultural?

A experiência da Culturespaces demonstra que a delegação da gestão funciona bastante bem quando a vontade política do proprietário público está presente: a gestão

privada oferece uma grande flexibilidade de operação em comparação com a gestão pública. A capacidade de investimento do operador privado pode também permitir uma rápida “transformação” da visita ao local, ou mesmo a criação de uma política de fomento de eventos culturais. A Culturespaces preza, antes de mais, uma gestão pragmática e operacional, sem ideologias ou tendências políticas. Os seus investimentos inscrevem-se numa lógica empresarial de rentabilização de recursos, tendo sempre como objetivo final alcançar a qualidade, privilegiando o visitante nas escolhas estratégicas de forma a obter um maior retorno de satisfação. A delegação da gestão é financeiramente muito interessante para a tutela pública uma vez que é garantia de uma renda estável em aumento progressivo de acordo com os resultados do trabalho realizado.

A Culturespaces é também, e sobretudo, uma empresa reconhecida no mundo da cultura e do património: as suas redes de peritos internacionais permitem a criação de comités científicos para cada um dos projetos: exposições, roteiros temáticos, reconstituições históricas; a cada etapa da criação de um evento, a Culturespaces apoia-se em especialistas que validam cientificamente as suas ações. Em Nîmes, por exemplo, são regularmente consultados o Professor Eric Teyssier, professor de História Antiga na Universidade de Nîmes, especialista em gladiadores; Luc Long, arqueólogo subaquático, curador-chefe do Património; e Jean Claude Golvin, Diretor de Pesquisa, CNRS. As suas valiosas colaborações permitem garantir a oferta de uma visita enriquecedora e cientificamente correta.

Em qualquer um dos casos de gestão privada, o proprietário mantém a missão de proteção e restauro do património, sendo cada sítio gerido e controlado pelo Conservador do Património.

Um exemplo concreto de valorização do património no quadro de uma D.S.P.: Nîmes Romaine.

Em 2005, a cidade de Nîmes (sul de França), ansiosa por melhorar a sua herança romana (Arenas, Maison Carrée, Tour Magne) lança um concurso público de concessão destes espaços. É adjudicado à Culturespaces o contrato de exploração por um período de dez anos. Em 2005, antes da chegada da Culturespaces, as Arenas acolheram 165 mil visitantes, a Casa Square era essencialmente uma sala de exposições gratuitas e a Tour Magne contou com 30 mil visitantes. Com a ação da Culturespaces, a visita foi totalmente modernizada, colocando-se áudio-guias gratuitos, a instalação de espaços museológicos na própria Arena e a criação de um novo circuito de visita com inúmeros painéis educativos. Foi produzido um filme histórico sobre a “Ville à la Maison Carrée”, e valorizou-se a Tour Magne. Finalmente, foi criado um passe “Nîmes Romaine” que permite que os turistas visitem os três

monumentos por um preço fixo. O resultado foi positivo: dois anos depois, em 2007, atingiram-se os 320 mil visitantes na Arena, 150 mil espectadores na Casa e 100 mil visitantes na Tour Magne. Como resultado deste trabalho, a Culturespaces obteve, em 2007, o “Etoiles de l’Accueil”, concedido pelo Ministério do Turismo de França.

A urgência de parar com a oposição público-privado:

O património francês (museus e sítios) é muitas vezes gerido por entidades privadas. Estima-se que 75% dos monumentos listados como Monumentos Históricos estejam a cargo de uma gestão privada. Numerosos castelos, abadias e museus pertencem ao setor privado: o Château de Chenonceau, o Château d’Amboise, o Château de Villandry, o Château de Cheverny, o Museu de Arte Clássica de Mougins, a Fundação Maeght Saint Paul de Vence – são todos sítios privados. Todos eles são geridos com paixão e profissionalismo pelos seus proprietários e, muitas vezes, com grande sacrifício.

O poder da Culturespaces é gerir os locais e museus em rede: o sítio/monumento confiado à sua gestão é integrado em rede com outros sítios/monumentos. A sua promoção e comercialização é assegurada no âmbito desta rede, o que pode ser especialmente interessante para os sítios com menos atratividade e que não têm uma relação evidente com o público generalista.

Finalmente, e a um nível social, a Culturespaces oferece todas as garantias aos seus colaboradores. Subsidiária da GDF SUEZ, a sua política social está assente no apoio aos funcionários ao longo das suas carreiras havendo incentivos à sua atividade. Os prémios são pagos regularmente de acordo com os resultados da empresa. Assim, muitos funcionários públicos foram integrando-se na Culturespaces aquando das concessões de gestão à nossa empresa.

A questão da gestão público-privada do património continua a ser, ainda assim, um assunto pouco abordado no Sul da Europa, por oposição aos países anglo-saxónicos que gerem quase todos os seus museus e património com Fundações e Trusts, muitas das vezes sem fins lucrativos. A Culturespaces oferece uma boa alternativa entre a gestão moderna e dinâmica do património e a sua necessária proteção e conservação. Uma gestão otimizada é o resultado da parceria eficaz entre o público e o privado, podendo cada uma das partes importar ao projeto as suas competências complementares: a Culturespaces prova isso mesmo há quase 25 anos.

* Diretor dos Monumentos Romanos de Nîmes e do Teatro Antigo de Orange (UNESCO), Culturespaces



Convento do Carmo, Lisboa, 2015

RUA LARGA

REVISTA DA REITORIA DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
NÚMERO 43
JULHO 2015

A Rua Larga está aberta ao trânsito das ideias que circulam na Universidade de Coimbra (UC) desde junho de 2003.

O nome foi tomado de empréstimo à via que atualmente assegura a ligação do Largo D. Dinis à emblemática Porta Férrea. Rua que, antes da construção da cidade universitária como hoje a conhecemos, era já uma das mais importantes da Alta. Hoje, a Rua Larga é uma ponte entre passado e futuro, feita de pedra e ar, desenhada por Gonçalo Byrne.

A Rua Larga, revista, é esse espaço ao mesmo tempo simbólico e efetivo por onde passa o que se vai passando na Universidade.

Assine a Rua Larga e permaneça em contacto com a UC.

ASSINATURA ANUAL DA REVISTA RUA LARGA (3 números)*: 15€
Avulso (cada número): 7€ • Números Anteriores: 9€

Assinaturas em www.uc.pt/rualarga

Mais informação rualarga@uc.pt

Consultar números antigos www.uc.pt/rualarga

Os preços incluem IVA e portes de correio nacionais.

* A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano, passando a anuidade a contar a partir desse momento, independentemente do ano civil.